



PICA NO GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO

FLASH

Nº **0002**

CONTAS DE GESTÃO

2003

31

TCE

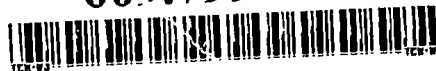
47.251-6/04



Nº Orig	Of 124/04	Dt Of 13/04/2004
Origem	SEC EST FINANCAS	
Natureza	OUTROS*	
Int. Princ	CONTADORIA GERAL DO ESTADO	
Obs. RESPOSTAS AS SOLICITAÇÕES REF CONTAS DE GESTÃO GOVERNO DO ESTADO - EXERCÍCIO 2003 PROC TCE 102927-7/04 VOLUME XXXI REF PROC TCE 114.976.4A/4		

Impressa por C2/003961

Cadastrado em 23/11/2004

TCE**Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro****009.799-4/04**

Nº Origem:	Ofício: 124/04	Data Ofício: 13/04/2004
Origem	SEC EST FINANCAS	
Natureza	RESPOSTA A OFÍCIO/*	
Int. Princípio:	CONTADORIA GERAL DO ESTADO	

ObservaçãoRESPOSTAS AS SOLICITAÇÕES REF CONTAS DE GESTÃO GOVERNO DO ESTADO - EXERCÍCIO 2003
PROC TCE 102927-7/04 - VOLUME XXXI

Cadastrado em 14/0

Impressa por 02/001983

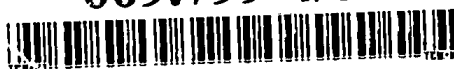
**Governadora
Rosinha Garotinho**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
TRIBUNAL DE CONTAS

2004

TCEO
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
009.799-4/04



Nº Origem:

Ofício: 124/04

Data Ofício: 13/04/2004

Nome:

Origem : SEC EST FINANÇAS

Natureza : RESPOSTA A OFÍCIO/*

Int. Principal: CONTADORIA GERAL DO ESTADO

Observação

RESPOSTAS AS SOLICITAÇÕES REF CONTAS DE GESTÃO GOVERNO DO ESTADO - EXERCÍCIO 2003
PROC TCE 102927-7/04 - VOLUME XXIXI

Espécie:

Cadastrado em 14/04/2004

Impressa por 02/001983

Assunto:



TCE-RJ	PROCESSO Nº
# 97994/04	
Publica	Fls. 02

**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

OF. GAB/CGE nº 124

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2004.

Exmo.Sr.

RICARDO EWERTON BRITTO SANTOS

Subsecretário de Auditoria e Controle da Gestão e da Receita - TCE

Senhor Subsecretário,

Para atender as solicitações de esclarecimentos referentes às Contas de Gestão do Governo do Estado do Rio de Janeiro/2003, enviadas a esta Contadoria, por e-mail, estamos encaminhando, em anexo, 06 volumes correspondentes a cada solicitação. Informamos que, quanto às justificativas referentes às observações das Notas de Lançamento de Liquidação de Despesas de Exercícios Anteriores, esta Contadoria solicitou aos Órgãos e Entidades, através da Circular GAB/CGE nº 12, os esclarecimentos.

Atenciosamente

NESTOR LIMA DE ANDRADE
Contador Geral do Estado

Rua da Alfândega nº 48/7º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP.: 20.070-000
■ (021) 2203-7519 - ☎ (021) 2203-7520



TCE RJ	PROCESSO Nº
# 97994/04	
Assinatura	Fls. 03

ATENDIMENTO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

ESCLARECIMENTOS E SOLICITAÇÕES A CONTADORIA GERAL DO ESTADO
Referentes às Contas de Gestão de 2003
Respostas à 1ª solicitação

- 1) Discriminar individualmente os contratos, as parcelas pagas de amortização e encargos correspondentes aos mesmos, no valor de R\$ 47.297 mil, incluídos no cálculo dos gastos com saúde.

Resposta:

BID 782/OC-BR AMORTIZAÇÃO

ENCARGOS
R\$ 121.943,14

PROGRAMA DE TRABALHO
3702.2884400000005

JBIC BZ-P8

AMORTIZAÇÃO
R\$ 24.865.201,02
R\$ 21.583.300,72

PROGRAMA DE TRABALHO
3702.2884400000005
3702.2884400000005

ENCARGOS

BID 1037/OC-BR AMORTIZAÇÃO
TRABALHO

ENCARGOS

PROGRAMA DE

R\$ 726.090,21

3702.2884400000005

- 2) Identificar os programas de trabalho referentes as seguintes despesas consideradas no cálculo dos gastos com saúde:

✓ Folha de Pessoal do Hospital Pedro Ernesto, no valor de R\$ 38.275.173,00
Resposta: Vide relatório do SIG em anexo.

✓ Folha de Pessoal do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil, no valor de R\$ 38.866.739,00

✓ Resposta: Vide relatório do SIG em anexo.
Amortização e Encargos da Dívida, no valor de R\$ 47.297.000,00
Resposta:

BID 782/OC-BR AMORTIZAÇÃO

ENCARGOS
R\$ 121.943,14

PROGRAMA DE TRABALHO
3702.2884400000005

JBIC BZ-P8

AMORTIZAÇÃO
R\$ 24.865.201,02
R\$ 21.583.300,72

PROGRAMA DE TRABALHO
3702.2884400000005
3702.2884400000005

ENCARGOS

BID 1037/OC-BR AMORTIZAÇÃO
TRABALHO

ENCARGOS

PROGRAMA DE

R\$ 726.090,21

3702.2884400000005

- 3) Relatórios trimestrais do Conselho Gestor do FECP, conforme previsto no Decreto 32.646, art. 7º, inciso II.

Resposta: Quanto ao item 3 referente aos relatórios trimestrais do Conselho Gestor do FECP, conforme previsto no Dec. 32.646, art. 7º, inc. II. Esclareço que o Dec. 33.123, de 06/05/03 publicado no DOE no mesmo dia instituiu novo regulamento para o FECP. Uma das alterações refere-se ao Inc II do referido artigo que altera para publicação mensal. Está sendo divulgado pela CGE/SEF mensalmente no DOE o Demonstrativo da Execução Orçamentária de Receitas e Despesas do FECP e Desigualdades Sociais.

- 4) Encaminhar a execução orçamentária da despesa do FECP até o mês de dezembro, pois em diversas análises procedidas pela Contadoria, consideram-se apenas a despesa realizada até outubro, conforme exemplo constante do arquivo anexo a este E-Mai.

Resposta: Estamos encaminhando Demonstrativo da Execução Orçamentária do FECP por Grupo de Despesa e Função, posição de Dez/2003, informando que estaremos substituindo a folha 55 do Relatório

CEP
97994704

W 15.09

ESCLARECIMENTOS E SOLICITAÇÕES A CONTADORIA GERAL DO ESTADO
Referentes às Contas de Gestão de 2003
Respostas à 1ª solicitação

das Contas de Gestão de 2003 com as devidas correções, assim como a publicação de uma ERRATA.

- 5) Esclarecer o motivo da reclassificação da conta CREDORES, ENTIDADES E AGENTES – FDP (ATIVO E PASSIVO).

Resposta: A reclassificação ocorrida esta consubstanciada nos autos do processo E-04/28031/03 de 10/09/2003, o qual enviaremos via FAX.

- 6) Esclarecer o motivo (fundamentação legal) do resgate de 99% (R\$ 1.253.186,60) da Conta B, bem como discriminar a sua movimentação.

Resposta: O saldo final da Conta 0199.132-8 – Conta Garantidora "B" em 31/12/2002 era de R\$ 1.254.876,40 e contemplava os bloqueios judiciais.

Em fevereiro de 2003 foi aberta a Conta Poupança 0199.90000132-7 Conta Garantidora "B" transferindo da conta 0199.132-8 para a referida poupança o valor de R\$1.183.960,65 total de bloqueios existentes na época.

A Conta 132-8 em sua movimentação, normal, recebe créditos e inúmeros débitos, diariamente, sendo feito resgate para cobrir as despesas e aplicação do saldo restante terminando o exercício de 2003 com o saldo em conta corrente no valor de R\$ 1.689,80.

- 7) Observamos no "Relatório Estoque da Dívida Ativa", dos exercícios de 2002 e 2003, onde consta "observações e critérios utilizados na apuração do estoque da Dívida Ativa", na letra "H", a qual faz menção às certidões que teriam sido ajuizadas com valores inferiores a 548,96 UFIR's, e que estas teriam sido canceladas, conforme processo administrativo E-14/57.272/2001. Dos relatórios de 2002 e 2003 extraímos os seguintes valores:

Exercício	Quantidade	UFIR
2002	21.563	857.651,19
2003	6.471	2.214.432,47

a) Informar o motivo da quantidade ter reduzido 70% em 2003 e o valor em UFIR ter tido um aumento de 158%;

b) A diferença do exercício de 2002 para 2003 refere-se a Certidões que efetivamente foram canceladas em 2002 e não se encontram mais no Estoque da Dívida Ativa?

Resposta: Aguardamos informação do setor competente

- 8) No mesmo Relatório acima mencionado, foi observado que as Certidões "Pendentes em Exame" aumentaram em 2002 de 227 processos (no valor de 649.743.888,07 UFIR's) para 1.070 (936.447.881,43 UFIR's), ou seja, a quantidade aumentou 371% e o valor 44%. Que fatores motivaram tal aumento?

Resposta: As Certidões que atendem a determinados escopos (como, por exemplo, valor, modalidade de autuação), apesar de serem inscritas eletronicamente, são bloqueadas para exame individual pela Assessoria Administrativa, para verificação de erros materiais, de conversão de moeda ou de nulidades no procedimento, como é bastante comum nas hipóteses de autuação por arbitramento. Normalmente, por isso mesmo, são exatamente as Certidões de valores mais altos que ficam "pendentes para exame", com vistas

TCE-RJ
97994/04 JLS. 05 W

ESCLARECIMENTOS E SOLICITAÇÕES A CONTADORIA GERAL DO ESTADO
Referentes às Contas de Gestão de 2003
Respostas à 1ª solicitação

a evitar um ajuizamento equivocado que possa gerar alta sucumbência para o Estado.

Na data da elaboração do relatório, a Assessoria Administrativa tinha, realmente, deixado acumular tais análises por estar ocupada com outras prioridades, entretanto, essas pendências encontram-se zeradas, segundo me foi informado pelo órgão competente.

- 9) Na relação analítica das Certidões "Pendentes em Exame", verificamos a existência de algumas certidões de valor superior a 10 milhões de UFIR's, todas de origem tributária, abaixo discriminadas:

	Nº da Certidão	UFIR
1	2003/003.791-3	43.849.193,25
2	1995/001.012-4	25.813.602,70
3	1998/009.832-1	10.194.552,11
4	2001/011.054-0	14.496.618,10
5	2001/014.328-5	14.012.636,34
6	2001/014.334-3	10.806.152,03
7	2001/014.361-6	20.148.113,38
8	2002/005.639-4	37.093.575,81
9	2002/005.640-2	21.857.372,21
10	2002/005.659-2	26.773.183,05
11	2002/006.453-9	52.816.077,91
	Total (30%)	277.861.076,89
	Pendentes em Exame (100%)	936.447.881,43

Informar os seguintes dados referente as certidões acima mencionadas:

- Nome do Devedor;
- Em que fase encontra-se na esfera judicial;
- Tempo em que encontra-se (ou que ficou) na Procuradoria, e setor;
- Uma síntese do processo e expectativa de recebimento.

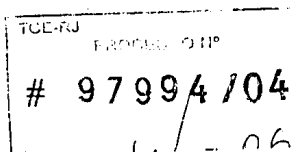
Resposta: Aguardamos informação do setor competente

- 10) Observamos na Relação analítica de "Débitos Inscritos" de 2003, enviada em meio magnético pela Procuradoria, que no mês de dezembro/03 houve uma grande emissão de Certidões, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	QUANTIDADE	VALOR
04	1	49,71
34	169.085	29.176.485,56
TOTAL	169.086	29.176.535,27

Informar de quem se trata o órgão (n.º 34) responsável pelos dados que originaram as 169.085 certidões no valor de 29.176.485,56 ufir's, e qual a natureza dos débitos (ICM'S, IPVA, taxa de incêndio, multa, ...) e ano do fato gerador.

Resposta: item 10 - O código 34 é o novo número da Secretaria da Receita e, em dezembro, como é de conhecimento de todos nós, foram inscritos, pela primeira vez, os débitos de IPVA relativos ao ano de 1998 que estavam para prescrever na SER, por isso o alto número de inscrições detectado.



ESCLARECIMENTOS E SOLICITAÇÕES A CONTADORIA GERAL DO ESTADO
Referentes às Contas de Gestão de 2003
Respostas à 1ª solicitação

Respostas à 1ª solicitação

- 11) Constatamos que os totais referentes à "Processos Ajuizados a mais de 20 anos" informado na letra "I" das "OBSERVAÇÕES E CRITÉRIOS UTILIZADOS NA APURAÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA", do Estoque da Dívida Ativa, não guarda paridade com o total obtido somando-se a relação analítica dos mesmos fornecido em meio magnético, conforme demonstramos abaixo:

Processos + de 20 anos	Nº PROCESSOS	UFIR'S
Impresso (sintético)	4.056	90.275.187,71
Meio magnético (analítico)	3.750	74.128.257,32

Esclarecer a divergência acima apontada.

Resposta: Aguardamos informação do setor competente

- 12) Informar o motivo da divergência apresentada no Valor Arrecadado em 2003, nos Relatórios encaminhados pela Procuradoria da Dívida Ativa "Demonstrativo da Dívida Ativa", e "Demonstrativo das Receitas em Ufir", ambas apresentadas no Documento 7.566-1/04, conforme demonstramos abaixo:

Estoque da Dívida Ativa	Valor (UFIR)
Demonstr.Dívida Ativa (H) Arrecadado	24.408.498,85
Receitas da Dívida Ativa Arrecadados	23.328.223,40
Diferença	80.275,45

Resposta: (Informações encaminhadas pelo PRODERJ a PGE-Dívida Ativa)

Conforme é explicado na folha de observações o critério nos itens " D " e " E ", o " total abonado no estoque" item " H " da folha de " Demonstrativo da Dívida Ativa Total Geral" é composto por:

Arrecadado abonado = (Demonstrativo das receitas de dívida ativa em UFIR)
(Receitas dos Darj's devedores não identificados) +
(Receitas dos darj's com códigos de receitas diferentes de Dívida Ativa mais devedores inscritos em Dívida Ativa).
Portanto, pode-se observar na demonstração abaixo, que os valores arrecadados fecham perfeitamente, com os valores encaminhados pela Secretaria de Estado da Receita:

Arrecadado	Receita	Divida	Ativa	=	24.328.223,40	Ufir's
Arrecadado	não	identificado	=	-	3.867,44	Ufir's
Arrecadado	Receitas	Não	Qualificadas	+	84.142,89	Ufir's

Arrecadado	Abonado	24.408.498,85	Ufir's
------------	---------	---------------	--------

Quanto à diferença apresentada abaixo, o problema já foi discutido em reunião na PDA com o Leonel, pois a Dívida Ativa contabiliza pelo regime de competência, enquanto a CGE contabiliza pelo regime de caixa.

706-13J

18 JULY 2010

" 07001 106.

4

ESCLARECIMENTOS E SOLICITAÇÕES A CONTADORIA GERAL DO ESTADO
Referentes às Contas de Gestão de 2003
Respostas à 1ª solicitação

Acreditamos que enquanto não houver compatibilização entre os dois regimes, além do tratamento a ser dado no apostilamento de darf's, as diferenças serão visíveis. Voltamos a sugerir que faz-se necessária uma reunião entre os órgão envolvidos, no sentido de sanar os problemas apresentados. Vale lembrar que o objetivo da Dívida Ativa é abonar, portanto precisa trabalhar com a data efetiva do pagamento.

VALORES ARRECADADOS E NÃO QUALIFICADOS	84.142,89
VALORES ARRECADADOS NÃO IDENTIFICADOS	(3.867,44)
DIFERENÇA	80.275,45

Fonte: Demonstrativo da Dívida Ativa - PGE

- 13) Através do Ofício nº 023/PA-1/PG-5/04 de 19/02/04 a PDA informa ao Contador Geral do Estado, que foram ajuizadas 4.089 ações de execução fiscal para cobrança da dívida ativa, totalizando o valor de 539.220.205,36 Ufir's; tendo esta informação a finalidade de atender ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, abaixo reproduzido:

"Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8º, as receitas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa." (nosso grifo)

Desta forma, tendo em vista que a resposta não atendeu à legislação, uma vez que a informação prestada foi dos ajuizados no exercício, e não do saldo total, solicitamos que seja encaminhado o saldo em 31/12/2003 das certidões que encontram-se ajuizadas, segregando-se o montante nas fases processuais em que o processo se encontra, de forma que se possa ter uma idéia da expectativa do recebimento do valor, a fim de facilitar o planejamento das metas bimestrais de arrecadação.

Resposta: Aguardamos informação do setor competente

- 14) Informar quais foram os bens imóveis incorporados ao patrimônio do Rioprevidência em 2003, e esclarecer o motivo da inexistência do saldo da conta bens imóveis no Balanço Patrimonial.

Resposta: Conforme informação da Contadoria do RIOPREVIDÊNCIA, os imóveis do fundo não são para uso e sim investimentos do próprio fundo (investimentos imobiliários), estando contabilizados na conta 141410100 OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES - BENS NÃO DESTINADOS A USO - BENS IMOVEIS. (anexa planilha extraída do SIAFEM pela SUTIC, com os imóveis do Fundo)

Em continuidade, ainda este ano de 2004 este saldo deverá ser reclassificado para o Realizável a Longo Prazo, conforme estabelece a Portaria MPS nº 916/03.

TOLE-RIJ
EXERCÍCIO Nº
97994/04
08

SEF - Secretaria de Estado de Finanças

Data: 06/04/2004

Hora: 19:49

1ª Solic.
item 2

SIG - Sistema de Informações Gerenciais - V1.1

Demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa

Emitido por: LEONEL

CRITÉRIOS:

Posicao: (12/2003 |) - Posicao Acumulada

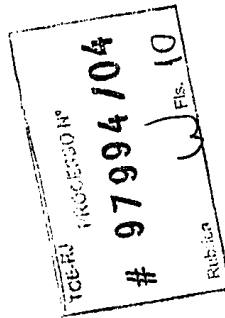
FR: (00)

ND: (3190%)

UO: (4043/1601)

TCE-RJ	Processo nº
# 97994/04	
Rubrica	Fls. 09

Data: 08/04/2004
Hora: 19:49



SEF - Secretaria de Estado de Finanças
SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa

POSICAO	12/2003	00	Ordinários Provenientes de Impostos
FR	1601		Secretaria de Estado da Defesa Civil
UO	0612200022456		Pessoal e encargos sociais da SEDEC/CB
Prog. Trab.			
		EMPENHADO	EMP. LIQUID.
		158.158.125.42	158.158.125.42
Total:		158.158.125.42	158.158.125.42
Total:		158.158.125.42	158.158.125.42
	4043		Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UO	1212200024255		Pessoal e encargos sociais da UERJ
Prog. Trab.			
		EMPENHADO	EMP. LIQUID.
		755.858.367.61	755.858.367.61
Total:		755.858.367.61	755.858.367.61
Total:		755.858.367.61	755.858.367.61
Total:		625.276.031.03	625.276.031.03
Total:		625.276.031.03	625.276.031.03

TCE-RJ	
PROCESSO Nº	
#	97994/04
Rubrica	Fls. 11

ATENDIMENTO À SEGUNDA SOLICITAÇÃO

ESCLARECIMENTOS E SOLICITAÇÕES A CONTADORIA GERAL DO ESTADO
Referentes às Contas de Gestão de 2003
Respostas à 2ª solicitação

Questões a serem efetuadas à Contadoria referente a Bens do Estado:

1. Observamos que a conta 14211.98.00 – Bens Imóveis a Classificar, a qual em 2002 terminou com o saldo de R\$ 548.303.433,33, teve seu saldo reclassificado para outras contas do Permanente. Tendo a Contadoria transferido o seu saldo de R\$ 544.876.612,45 através das Notas de Lançamentos nºs 2003NL00001, 2003NL00002 e 2003NL00004, nos valores de R\$ 494.881.837,77, R\$ 49.612.987,88 e R\$ 381.786,80, respectivamente, cuja descrição fez menção a avaliação da SUPATI conforme planilha detalhada individualmente.

Solicitamos que sejam encaminhadas as planilhas que geraram os lançamentos acima mencionados.

Informar qual o destino dos valores reclassificados.

Resposta: Em atendimento ao TCE segue planilha dos Bens Imóveis a Classificar com os valores dos imóveis individualizados e atualizados pela correção da UFIR até 2002, transferidos para Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação, visto que a Superintendência do Patrimônio está vinculada.

2. Encaminhar planilhas das avaliações efetuadas pela Superintendência de Patrimônio Imobiliário – SUPATI no exercício de 2003 e mencionar as contabilizações efetuadas com base nestas avaliações.

Resposta: Vide planilhas anexas:

- 1) Resumo das planilhas – Bens Imóveis a Classificar
- 2) Bens Imóveis – Capital
- 3) Bens Imóveis – Outros Municípios

3 - Informar a natureza da conta 112194400 – Contribuições Previdenciárias a Receber, criada no exercício de 2003.

Resposta: Conta de origem devedora, criada no Sistema Patrimonial, sendo seu saldo oriundo da conta 19722.00.00 - CRÉDITOS DE CONTRIBUIÇÕES- RIOPREVIDÊNCIA - CONTRIBUIÇÕES A RECEBER. Refere-se as retenções dos servidores do Estado a título de contribuição previdenciária, a ser repassada ao Rioprevidência.

TCE-RJ
PROCESSO Nº
97994/04
Subscrito <i>W</i> Fis. 12

25 de fev
item 2

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL
CONTADORIA GERAL DO ESTADO
COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E ANÁLISE

RESUMO DA PLANILHA BENS IMOVEIS A CLASSIFICAR

DESCRIÇÃO	VALOR	CAPITAL	OUTROS IMOVEIS	TOTAL
IMOVEIS	495.253.624,57	495.253.624,57	49.612.987,88	544.876.612,45
SALDO FINAL EXERCÍCIO 2002 - SAREF/RJ				
SALDO TRANSFERIDO EM 2003				

VALORES DOS BENS IMOVEIS TRANSFERIDOS PARA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO - UG-120100

A) 2003NL00001 540810	494.881.837,77
B) 2003NL00003 540810	351.786,80
SUBTOTAL	495.253.624,57
C) 2003NL00002 540810	49.612.987,88
TOTAL	544.876.612,45

Os Bens Imóveis a Classificar foram contabilizados através das informações avaliadas, em valores de UFERJ, UFIR OU REAIS pelo encaminhamento das documentações do Patrimônio Imobiliário:

- Ofício DPI DG nº 261/96 de 05 de junho de 1996.
- Ofício DPI DG nº 76/98 de 11 de fevereiro de 1998.
- Processo nº E01/2314/93 de 12/02/1999
- Ofício DPI DG nº 59/2000 de 29 de fevereiro de 2000.
- Ofício Sare/Salog nº 39 de 31 de janeiro de 2001.
- Ofícios Supat/Gab nºs 352 de 07 de novembro de 2001, 360 de 21 novembro de 2001, 393 de 05 de dezembro de 2001 e 022 de 07 de fevereiro de 2002.
- Ofício Sare/Supat/Gab nº 33 de 27 de fevereiro de 2003.

TCERJ PROCEL Nº

97994/04

Rubrica W

Fis. 13

CONTA: 1 4 2 1 1 96 90 - BENS MOVES A CLASSIFICAR

[illegible]

97994 / 04

[illegible]

1990-91: 100

Fig. 18

[illegible]

PROCESO

W Fls. 10

Fls. 10

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80																				

1064194-0260

1991 = 1.120

ENS IMÓVEIS AVALUADOS PELO DMSUPA II

97994104
SUBJECT W FILE 20

[illegible]

1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262	3263	3264	3265	3266	3267	3268	3269	3270	3271	3272	3273	3274	3275	3276	3277	3278	3279	3280	3281	3282	3283	3284	3285	3286	3287	3288	3289	3290	3291	3292	3293	3294	3295	3296	3297	3298	3299	3300	3301	3302	3303	3304	3305	3306	3307	3308	3309	3310	3311	3312	3313	3314	3315	3316	3317	3318	3319	3320	3321	3322	3323	3324	3325	3326	3327	3328	3329	3330	3331	3332	3333	3334	3335	3336	3337	3338	3339	3340	334
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-----

1985	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - RIO PARABA DO SUL	600,00	26.538.300,00	26.538.300,00	0,00	26.538.300,00	22.714,43
1986	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - RIO PARABA DO SUL	700,00	31.895.650,00	31.895.650,00	0,00	31.895.650,00	27.250,45
1987	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - RIO PARABA DO SUL - TRES RIOS	800,00	33.895.000,00	33.895.000,00	0,00	33.895.000,00	30.728,81
1988	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - RIO PARABA DO SUL	900,00	35.895.000,00	35.895.000,00	0,00	35.895.000,00	33.207,24
1989	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	1000,00	37.895.000,00	37.895.000,00	0,00	37.895.000,00	35.685,64
1990	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - RIO PARABA DO SUL - CAMINO	1100,00	39.895.000,00	39.895.000,00	0,00	39.895.000,00	38.164,05
1991	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - RIO PARABA DO SUL - CAMINO	1200,00	41.895.000,00	41.895.000,00	0,00	41.895.000,00	40.642,46
1992	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	1300,00	43.895.000,00	43.895.000,00	0,00	43.895.000,00	43.120,87
1993	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	1400,00	45.895.000,00	45.895.000,00	0,00	45.895.000,00	45.599,28
1994	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	1500,00	47.895.000,00	47.895.000,00	0,00	47.895.000,00	48.077,69
1995	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	1600,00	49.895.000,00	49.895.000,00	0,00	49.895.000,00	50.556,10
1996	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	1700,00	51.895.000,00	51.895.000,00	0,00	51.895.000,00	53.034,51
1997	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	1800,00	53.895.000,00	53.895.000,00	0,00	53.895.000,00	55.512,92
1998	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	1900,00	55.895.000,00	55.895.000,00	0,00	55.895.000,00	57.991,33
1999	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	2000,00	57.895.000,00	57.895.000,00	0,00	57.895.000,00	60.469,74
2000	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	2100,00	59.895.000,00	59.895.000,00	0,00	59.895.000,00	62.948,15
2001	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	2200,00	61.895.000,00	61.895.000,00	0,00	61.895.000,00	65.426,56
2002	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	2300,00	63.895.000,00	63.895.000,00	0,00	63.895.000,00	67.904,97
2003	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	2400,00	65.895.000,00	65.895.000,00	0,00	65.895.000,00	70.383,38
2004	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	2500,00	67.895.000,00	67.895.000,00	0,00	67.895.000,00	72.861,79
2005	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	2600,00	69.895.000,00	69.895.000,00	0,00	69.895.000,00	75.340,20
2006	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	2700,00	71.895.000,00	71.895.000,00	0,00	71.895.000,00	77.818,61
2007	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	2800,00	73.895.000,00	73.895.000,00	0,00	73.895.000,00	80.297,02
2008	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	2900,00	75.895.000,00	75.895.000,00	0,00	75.895.000,00	82.775,43
2009	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	3000,00	77.895.000,00	77.895.000,00	0,00	77.895.000,00	85.253,84
2010	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	3100,00	79.895.000,00	79.895.000,00	0,00	79.895.000,00	87.732,25
2011	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	3200,00	81.895.000,00	81.895.000,00	0,00	81.895.000,00	90.210,66
2012	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	3300,00	83.895.000,00	83.895.000,00	0,00	83.895.000,00	92.689,07
2013	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	3400,00	85.895.000,00	85.895.000,00	0,00	85.895.000,00	95.167,48
2014	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	3500,00	87.895.000,00	87.895.000,00	0,00	87.895.000,00	97.645,89
2015	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	3600,00	89.895.000,00	89.895.000,00	0,00	89.895.000,00	100.124,30
2016	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	3700,00	91.895.000,00	91.895.000,00	0,00	91.895.000,00	102.602,71
2017	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	3800,00	93.895.000,00	93.895.000,00	0,00	93.895.000,00	105.081,12
2018	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	3900,00	95.895.000,00	95.895.000,00	0,00	95.895.000,00	107.559,53
2019	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	4000,00	97.895.000,00	97.895.000,00	0,00	97.895.000,00	110.037,94
2020	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	4100,00	99.895.000,00	99.895.000,00	0,00	99.895.000,00	112.516,35
2021	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	4200,00	101.895.000,00	101.895.000,00	0,00	101.895.000,00	114.994,76
2022	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	4300,00	103.895.000,00	103.895.000,00	0,00	103.895.000,00	117.473,17
2023	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	4400,00	105.895.000,00	105.895.000,00	0,00	105.895.000,00	119.951,58
2024	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	4500,00	107.895.000,00	107.895.000,00	0,00	107.895.000,00	122.429,99
2025	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	4600,00	109.895.000,00	109.895.000,00	0,00	109.895.000,00	124.908,40
2026	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	4700,00	111.895.000,00	111.895.000,00	0,00	111.895.000,00	127.386,81
2027	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	4800,00	113.895.000,00	113.895.000,00	0,00	113.895.000,00	129.865,22
2028	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	4900,00	115.895.000,00	115.895.000,00	0,00	115.895.000,00	132.343,63
2029	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	5000,00	117.895.000,00	117.895.000,00	0,00	117.895.000,00	134.822,04
2030	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	5100,00	119.895.000,00	119.895.000,00	0,00	119.895.000,00	137.300,45
2031	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	5200,00	121.895.000,00	121.895.000,00	0,00	121.895.000,00	139.778,86
2032	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	5300,00	123.895.000,00	123.895.000,00	0,00	123.895.000,00	142.257,27
2033	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	5400,00	125.895.000,00	125.895.000,00	0,00	125.895.000,00	144.735,68
2034	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	5500,00	127.895.000,00	127.895.000,00	0,00	127.895.000,00	147.214,09
2035	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	5600,00	129.895.000,00	129.895.000,00	0,00	129.895.000,00	149.692,50
2036	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	5700,00	131.895.000,00	131.895.000,00	0,00	131.895.000,00	152.170,91
2037	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	5800,00	133.895.000,00	133.895.000,00	0,00	133.895.000,00	154.649,32
2038	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	5900,00	135.895.000,00	135.895.000,00	0,00	135.895.000,00	157.127,73
2039	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	6000,00	137.895.000,00	137.895.000,00	0,00	137.895.000,00	159.606,14
2040	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	6100,00	139.895.000,00	139.895.000,00	0,00	139.895.000,00	162.084,55
2041	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	6200,00	141.895.000,00	141.895.000,00	0,00	141.895.000,00	164.562,96
2042	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	6300,00	143.895.000,00	143.895.000,00	0,00	143.895.000,00	167.041,37
2043	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	6400,00	145.895.000,00	145.895.000,00	0,00	145.895.000,00	169.519,78
2044	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	6500,00	147.895.000,00	147.895.000,00	0,00	147.895.000,00	171.998,19
2045	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	6600,00	149.895.000,00	149.895.000,00	0,00	149.895.000,00	174.476,60
2046	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	6700,00	151.895.000,00	151.895.000,00	0,00	151.895.000,00	176.955,01
2047	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	6800,00	153.895.000,00	153.895.000,00	0,00	153.895.000,00	179.433,42
2048	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	6900,00	155.895.000,00	155.895.000,00	0,00	155.895.000,00	181.911,83
2049	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	7000,00	157.895.000,00	157.895.000,00	0,00	157.895.000,00	184.390,24
2050	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	7100,00	159.895.000,00	159.895.000,00	0,00	159.895.000,00	186.868,65
2051	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	7200,00	161.895.000,00	161.895.000,00	0,00	161.895.000,00	189.347,06
2052	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	7300,00	163.895.000,00	163.895.000,00	0,00	163.895.000,00	191.825,47
2053	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	7400,00	165.895.000,00	165.895.000,00	0,00	165.895.000,00	194.303,88
2054	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	7500,00	167.895.000,00	167.895.000,00	0,00	167.895.000,00	196.782,29
2055	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	7600,00	169.895.000,00	169.895.000,00	0,00	169.895.000,00	199.260,70
2056	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	7700,00	171.895.000,00	171.895.000,00	0,00	171.895.000,00	201.739,11
2057	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	7800,00	173.895.000,00	173.895.000,00	0,00	173.895.000,00	204.217,52
2058	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	7900,00	175.895.000,00	175.895.000,00	0,00	175.895.000,00	206.695,93
2059	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	8000,00	177.895.000,00	177.895.000,00	0,00	177.895.000,00	209.174,34
2060	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	8100,00	179.895.000,00	179.895.000,00	0,00	179.895.000,00	211.652,75
2061	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	8200,00	181.895.000,00	181.895.000,00	0,00	181.895.000,00	214.131,16
2062	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	8300,00	183.895.000,00	183.895.000,00	0,00	183.895.000,00	216.609,57
2063	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	8400,00	185.895.000,00	185.895.000,00	0,00	185.895.000,00	219.087,98
2064	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	8500,00	187.895.000,00	187.895.000,00	0,00	187.895.000,00	221.566,39
2065	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	8600,00	189.895.000,00	189.895.000,00	0,00	189.895.000,00	224.044,80
2066	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	8700,00	191.895.000,00	191.895.000,00	0,00	191.895.000,00	226.523,21
2067	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	8800,00	193.895.000,00	193.895.000,00	0,00	193.895.000,00	228.999,62
2068	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	8900,00	195.895.000,00	195.895.000,00	0,00	195.895.000,00	231.478,03
2069	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	9000,00	197.895.000,00	197.895.000,00	0,00	197.895.000,00	233.956,44
2070	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	9100,00	199.895.000,00	199.895.000,00	0,00	199.895.000,00	236.434,85
2071	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	9200,00	201.895.000,00	201.895.000,00	0,00	201.895.000,00	238.913,26
2072	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	9300,00	203.895.000,00	203.895.000,00	0,00	203.895.000,00	241.391,67
2073	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	9400,00	205.895.000,00	205.895.000,00	0,00	205.895.000,00	243.869,08
2074	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	9500,00	207.895.000,00	207.895.000,00	0,00	207.895.000,00	246.347,49
2075	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	9600,00	209.895.000,00	209.895.000,00	0,00	209.895.000,00	248.825,90
2076	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	9700,00	211.895.000,00	211.895.000,00	0,00	211.895.000,00	251.304,31
2077	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	9800,00	213.895.000,00	213.895.000,00	0,00	213.895.000,00	253.782,72
2078	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	9900,00	215.895.000,00	215.895.000,00	0,00	215.895.000,00	256.261,13
2079	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	10000,00	217.895.000,00	217.895.000,00	0,00	217.895.000,00	258.739,54
2080	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	10100,00	219.895.000,00	219.895.000,00	0,00	219.895.000,00	261.217,95
2081	PROJ. A. 4.34 GENAPRO - TRES RIOS	10200,00	221.895.000,00	221.895.000,00	0,00	221.895.000,00	263.69

[illegible]

ICE-RJ	PROCESSO Nº
#	97994/04
Rubrica	W Fls. 26

ATENDIMENTO À TERCEIRA SOLICITAÇÃO

ESCLARECIMENTOS E SOLICITAÇÕES A CONTADORIA GERAL DO ESTADO
Referentes às Contas de Gestão de 2003
Respostas à 3ª solicitação

1. Fazer conciliação da divergência apresentada na Receita de Dívida Ativa conforme abaixo apontado:

Descrição	R\$
Demonstrativo da Exec.Orçamentária (Contábil)	29.977.596,53
Procuradoria da Dívida (Estoque)	33.047.454,19
Diferença	3.069.857,66

Resposta:

Apresentamos quadro abaixo, posicionando o total da execução orçamentária da receita da Dívida Ativa, levando em consideração as receitas das contas 419300000, 419130000 e 419150000. A diferença de R\$ 44.289,34 refere-se ao "float" bancário, visto que a contabilização é através dos repasses bancários.

SIAFEM/RJ			PGE	DIFERENÇA
419300000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	29.977.596,53	33.047.454,19	44.289,34
419130000	MULTAS/JUROS DE MORA DA DIV.ATIVA	3.042.425,95		
419150000	TRIBUTOS	71.721,05		
419150000	MULTAS/JUROS DE MORA-DIV.ATIV.-OUTRAS			
419150000	RECEITA	71.721,05		
TOTAL DAS RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA- SIAFEM/RJ		33.091.743,53	33.047.454,19	44.289,34

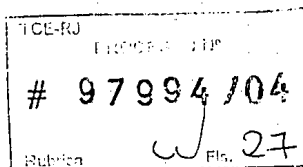
2. Informar o porque da divergência da Receita apresentada pela Procuradoria da Dívida Ativa no Relatório Estoque da Dívida Ativa, constante às fls. 13 e 17 do Doc. nº 7.566-1/04, conforme abaixo:

Descrição	UFIR
Demonstr. Dívida Ativa (H) Arrecadados	24.408.498,85
Receitas da Dívida Ativa Arrecadadas	24.328.223,40
Diferença	80.275,45

Resposta: Encaminhamos em anexo resposta a este item.

3. Informar número da nota de lançamento da correção dos bens imóveis e valores contabilizados a título de correção.

Resposta: As atualizações dos bens imóveis foram realizadas pelas notas de lançamentos das 2003n102795 a 2003n102849 da UG 120.100



ESCLARECIMENTOS E SOLICITAÇÕES A CONTADORIA GERAL DO ESTADO
Referentes às Contas de Gestão de 2003
Respostas à 3ª solicitação

4. Esclarecer o motivo da ausência do Grupo de Contas Credores Órgãos/Inativos e Financiamento em Circulação no demonstrativo da Dívida Flutuante, uma vez que o mesmo foi considerado como dívida fluante pela AGE.

Resposta: Tratam-se de obrigações de Sociedades de Economia Mista, provenientes de financiamentos, cujo pagamento será efetuado no exercício seguinte, transferidas do Passivo de Longo Prazo para o Curto Prazo, conforme preconizam os artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76, porém como não são obrigações que transitaram pelo orçamento, e não tem a respectiva disponibilidade por fonte de recursos, e não são obrigações provenientes de receita extra-orçamentária, conseqüentemente não constituem Dívida Flutuante, conforme estabelece o artigo 92 da Lei nº 4.320/64.

5. Esclarecer o motivo das despesas a pagar referentes as contas Principal da Dívida Contratual Resg. (R\$ 2.426,77) e Juros Sobre a Dívida por Contrato (R\$ 1.488,66) não constam classificadas na conta Serviços da Dívida a Pagar, e sim como Restos a Pagar.

Resposta: Verificamos que trata-se de despesa liquidada na conta 212141000 - OUTRAS OBRIGACOES EM CIRCULACAO = DIVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA na UG 197100 - CEHAB, inscrita sistemicamente em Restos a Pagar em 31/12/2003, não tendo sido transferida para conta 212160200 - OBRIGACOES DE EXERCICIOS ANTERIORES = SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR INTERNA, conforme rotina contábil da CGE.

Uma vez que tais despesas já foram pagas no exercício de 2004, não podemos efetuar a reclassificação.

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#	97994/04
Rubrica	Fls. 28

31 de set.
item 2

2. Informar o porque da divergência da Receita apresentada pela Procuradoria da Divida Ativa no relatório Estoque da Divida Ativa, conforme as fols 13 e 17 do Doc. 7.556-104, conforme abaixo:

Descrição	UFIR
Demonstrativo Divida Ativa (H)	24.408.498,05
Anuladas	
Receitas da Divida Ativa	24.328.223,40
Anuladas	
Diferença	80.275,45

SALDO DO ESTOQUE DA DIVIDA ATIVA	DEB. TRIBUTARIOS PROPRIEDADE QUANT. UFIR	DEB. NÃO TRIBUTARIOS PROPRIEDADE QUANT. UFIR	DEB. TRIBUTARIOS PROPRIEDADE QUANT. UFIR	DEB. NÃO TRIBUTARIOS PROPRIEDADE QUANT. UFIR	TOTAL DO ESTOQUE PROPRIEDADE QUANT. UFIR
A SALDO EM 31/12/2002	1.877.401.150,73	66.706.812,50	8.421.131.131,75	89.143.056,57	7.594.382.151,51
+ Dobros Inscritos			1.015.029.410,43	19.402.608,95	1.034.432.019,44
+ Ajustes	1.788.856,75	285.607,77	18.531.953,14	187.472,58	20.774.030,24
+ Acréscimos Moratórios	1.208.303,30	2.787.227,03	75.472.527,09	4.832.447,25	84.300.405,52
E SUB-TOTAL	1.869.374.159,64	69.779.647,45	8.561.165.025,27	123.565.585,35	8.734.855.608,81
F Remédios no Período	1.507.585,82		68.301,78		1.575.887,60
G (-) Cancelados no Período	19.025.852,14		97.100.355,21	9.697.242,51	126.911.928,84
H (-) Anulados	4.922.115,87		18.611.706,43	608.067,79	24.408.498,05
I SALDO PROXIMO PERÍODO	1.555.302.817,81	69.742.489,57	8.443.349.154,37	113.059.281,09	8.382.494.318,04

TCE-RJ
PROCESSO Nº
97994/04
Rubrica W Fls. 29

(1) Principal (Imposto-More) + Multas
(2) Anulação de Proc. de parcelamentos + Multas
(3) Valores arrecadados não identificados no cadastro na divida ativa correspondem às receitas arrecadadas no período demonstrado porém não deduzidos do estoque da divida. (informação integrada do demonstrativo do estoque da divida da Procuradoria Geral do Estado)
(4) Total quantidade de Ufr arrecadada

DESCRIMINACAO	QUANT. UFIR
RECEITAS DA DIVIDA ATIVA ARRECADADA	24.328.223,40 (1)
VALORES ARRECADADOS E NÃO QUALIFICADOS	84.142,83 (2)
VALORES ARRECADADOS NÃO IDENTIFICADOS	3.867,40 (3)
TOTAL DOS VALORES ARRECADADOS	24.408.498,05 (4)

Fontes: Demonstrativo da Divida Ativa - PGE

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#	97994/04
Rubrica	W Fls. 30

ATENDIMENTO À QUARTA SOLICITAÇÃO

ESCLARECIMENTOS E SOLICITAÇÕES A CONTADORIA GERAL DO ESTADO
Referentes às Contas de Gestão de 2003
Respostas à 4ª solicitação

1. Esclarecer o motivo da diferença apresentada no confronto dos valores da Dívida Consolidada apresentada no SIAFEM com os demonstrados pela Superintendência de Crédito Público, bem como conciliar os valores.

Resposta: Em anexo, quadro comparativo entre o demonstrativo da dívida consolidada e os mapas da Superintendência de Crédito Público e Financiamento, conciliado e com as explicações solicitadas.

2. Esclarecimentos sobre o FECAM

UNIDADE EXECUTANTE	RPNP - 2003	RP LIQUIDADO MAR/04 - SIG	DIFERENÇA
CEDAE - FONTE 001	67.275,00	0,00	67.275,00
CEDAE - FONTE 004	90.513.518,66	3.502.286,13	87.011.232,53
FECAM - FONTE 001	205.494,00	0,00	205.494,00
FECAM - FONTE 004	3.773.852,46	994.970,97	2.778.881,49
CEHAB - FONTE 004	543.375,00	0,00	543.375,00
SEMADUR - FONTE 004	2.826.122,20	108.767,41	2.717.354,79
SERLA - FONTE 004	3.041.705,43	435.541,63	2.606.163,80
TOTAL	100.971.342,75	5.041.566,14	95.929.776,61

1ª questão: A Cedae apresenta no cronograma o valor de R\$ 13.632.101,00 liquidado em março/04, quando o Sig registra o valor de R\$ 3.502.286,13.

Resposta: Confirmamos com os técnicos da CEDAE a realização da liquidação da despesa no mês de mar/2004. Aguardamos o fechamento do mês para constataremos o atingimento da meta.

2ª questão: Não identificamos no Cronograma o RPNP da CEDAE de R\$ 67.275,00 da fonte 001.

Resposta: Constatamos que a CEDAE somente informou no cronograma FR004.

UNIDADES EXECUTANTES DO OFÍCIO	
SERLA - FONTE 004	3.041.705,43
SEMADUR - FONTE 004	2.826.122,20
FECAM - FONTE 004	3.773.852,46
FECAM - FONTE 001	205.494,00
TOTAL	9.847.174,09

3ª questão: Falta a correspondência do valor total com o montante de RPNP inserido no Cronograma, cujo valor do saldo da inscrição em R.P.N.P/03 é de R\$ 8.856.830,00.

Resposta: Os valores evidenciados no quadro acima referem-se a Inscrição do RPNP/03, enquanto que no cronograma foi informado o saldo a liquidar no exercício de 2004, referente ao RPNP/03.

CE-RJ	PROCESSO Nº
#	9799/4104
Rubrica	Fls. 36

ESCLARECIMENTOS E SOLICITAÇÕES A CONTADORIA GERAL DO ESTADO
Referentes às Contas de Gestão de 2003

Respostas à 4ª solicitação

4ª questão: No Cronograma Físico-Financeiro do RPNP/2003 - FECAM, apresentado pela SEMADUR, as obras relacionadas não identificam o que corresponde ao FECAM, à SEMADUR e à SERLA. Necessitamos desta identificação.
Resposta: Aguardamos resposta do setor competente.

5ª questão: No cronograma acima a que meses correspondem os números 1 - 2 - 3 - 4 - 5 constantes nos títulos das colunas?
Resposta: Aguardamos resposta do setor competente.

CEHAB - FONTE 004

543.375,00

6ª questão: Não constou do Cronograma de liquidação o valor acima.
Resposta: Aguardamos resposta do setor competente.

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#	97994/04
Rubrica	Fls. 32



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
CONTADORIA GERAL DO ESTADO
SUPERINTENDÊNCIA DE ANÁLISE E RELATÓRIOS GERENCIAIS
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E RELATÓRIOS GERENCIAIS

COMPARATIVO ENTRE O DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E OS MAPAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE CRÉDITO PÚBLICO E FINANCIAMENTO

DEZEMBRO/2003

DÍVIDA CONSOLIDADA	L.R.F. / SIAFEM	S.C.P.	DIFERENÇA
DÍVIDA CONTRATUAL	39.466.161.283,90	DÍVIDA CONTRATUAL	39.466.437.131,10
DÍVIDA FUNDADA - INTERNA	37.128.659.084,99	DÍVIDA FUNDADA - INTERNA	37.128.934.930,65
21.311 - Principal do Financiamento	63.442.585,95	Contratos	36.111.172.331,65
22.210 - Operações de Crédito - Interna	37.065.216.499,04	Cronograma de Despesa	1.017.762.899,00
DÍVIDA FUNDADA - EXTERNA	2.337.008.449,45	DÍVIDA FUNDADA - EXTERNA	2.337.008.449,45
22.220 - Operações de Crédito - Externa	2.337.008.449,45	Títulos	4.530.932,30
OBRIGAÇÕES A PAGAR	493.751,46	Contratos	2.332.477.517,15
22.247 - Empréstimos BNH/CEF (CEHAB)	493.751,46	CEHAB/CEF	493.751,00
PRECATÓRIOS	340.808.302,51	Água Branca	493.751,00
21.216 - Sentenças Judiciais	340.808.302,51	PRECATÓRIOS	340.808.302,51
PARCELAMENTO COM A UNIÃO	69.104.895,52	INSS - Contratos de Parcelamento	68.828.850,55
22.241 - INSS - Cont. de Parcelamentos de Dívidas	69.104.895,52		
TOTAL	39.876.074.283,93		39.876.074.284,16
			(0,23)

Fontes:

SIAFEM/DEBAGALAN

Relatório de Sentenças Judiciais a Pagar por Ano de Inscrição - 2000 a 2003.

Demonstrativo da Dívida Consolidada Liquida publicado no DOERJ em 29/01/2003.

Mapas da Superintendência de Crédito Público e Financiamento encaminhados à Contadoria Geral do Estado pelas CUSCPF nº 015 e CUSCPF nº 024, de 13/01/2004, respectivamente.

ICC-RJ
PROCESSO Nº
97994/04
Rubrica W Fls. 33

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#	97994/04
Rubrica	W Fls. 34

ATENDIMENTO À QUINTA SOLICITAÇÃO

ESCLARECIMENTOS E SOLICITAÇÕES A CONTADORIA GERAL DO ESTADO
Referentes às Contas de Gestão de 2003
Respostas à 5ª solicitação

Questões a serem efetuadas à Contadoria referente a Concessões:

1. Em consulta ao SIAFEM, conta 1.2.2.2.1.00.00 Metrô, observamos que em 2003 não foi lançada atualização monetária prevista no contrato. Encaminhar cópia da cláusula contratual que previa atualização, e informar qual o valor da atualização não lançado no exercício de 2003.

Resposta: aguardando confirmação do setor competente.

2. Na conta 1.2.2.2.3.00.00 Flumitrens, observamos o lançamento apenas de atualização monetária, entretanto, não visualizamos o registro de pagamento, o qual deveria ter tido início em ago/2003. Não foi efetuado o pagamento? Que providências foram adotadas para o recebimento?

Resposta: O início do pagamento da outorga da Supervia estava previsto para o 10º dia do 62º mês da vigência do Contrato. Considerando a assinatura em 17/09/1998 o pagamento deu-se em 10/11/2003 pelo valor de R\$160.293,22 ao Tesouro Estadual; Não houve o registro patrimonial em virtude de não ter sido repassado para o RIOPREVIDÊNCIA no exercício de 2003.

3. Na conta 1.2.2.2.7.00.00 Via Lagos, observamos a contabilização dos valores de R\$ 78.299,68 e R\$ 231,00, onde os documentos 2003NL03615 e 2003NL03749 informam que os valores referem-se a primeira parcela da outorga do contrato 043/1996. Entretanto, foram efetuados os pagamentos de R\$ 87.192,03 (08/02/00), R\$ 136.560,67 (08/02/01) e R\$ 145.680,00 (08/02/02). Não foi efetuado o pagamento da parcela que venceu em 08/02/03? Caso não tenha sido efetuado, que providências foram adotadas?

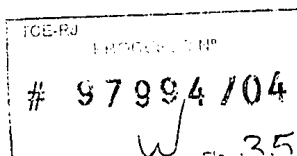
Resposta: Foi constituído processo administrativo de nº E-33/201. 065/2003 referente ao pagamento da 5ª parcela da outorga da Via Lagos, que se encontra na ASEP desde 14/03/2003.

4. Na conta 1.2.2.2.6.00.00 Águas de Juturnaíba não foi efetuado nenhum lançamento, nem a título de atualização, nem a título de pagamento. Justificar.

Resposta: De acordo com a Cláusula Segunda do Segundo Termo Aditivo firmado em 01/08/2003 a próxima parcela da outorga será paga no 96º mês (janeiro/2006) pelo valor de R\$11.123,49. Não há cláusula prevendo atualização monetária. O valor da outorga é composto por 17 parcelas a serem pagas anualmente, totalizando R\$18.402.713,49.

5. Nas Contas de Gestão de 2002 foi encaminhada Planilha de movimentação dos Contratos de Concessão, elaborado pela Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário e Análise – CGE. Solicitamos o encaminhamento do mesmo referente a 2003.

Resposta: Em anexo Quadro Demonstrativo das Outorgas de Concessões e Quadro Demonstrativo das Alienações.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
CONTADORIA GERAL DO ESTADO
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E RELATÓRIOS GERENCIAIS
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS OUTORGAS DE CONCESSÕES
DEZEMBRO DE 2003

UG	Concessionárias	Data da Outorga	Valor da Outorga	Atualizações	Recebimentos	Saldo das Concessões
123400	METRÔ - Opportrans	27-jan-88	201.670.000,00	(147.144.609,56)	54.525.390,44	-
317200	METRÔ - Opportrans	Sub-total	201.670.000,00	251.586.728,43	7.197.348,60	-
123400	FLUMITRENS - Super Via	22-jul-88	19.600.000,00	19.934.625,09	641.694,79	244.389.379,83
044100	PROLAGOS	25-abr-88	34.323.200,00	9.799.503,12	44.122.703,12	38.892.930,30
200399	VIALAGOS	23-dez-96	61.200.000,00	-	447.963,38	60.752.036,62
200399	AGUAS DE JUTURNAIBA	23-abr-88	23.419.334,74	-	1.000.000,00	22.419.334,74
200399	ROTA 116	23-abr-88	56.871.135,00	-	-	56.871.135,00
	Total		397.083.669,74	134.176.247,08	107.935.100,33	423.324.816,49

TCE-RJ
PROCESSO Nº
97994/04
Rubrica W Fls. 36

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ALIENAÇÕES

UG	Concessionárias	Data da Outorga	Valor da Outorga	Atualizações	Recebimentos	Saldo das Concessões
123400	TGMC	22-jul-98	32.119.512,00	14.412.069,36	29.325.141,61	17.206.439,75
			429.203.181,74	148.588.316,44	137.260.241,94	440.531.256,24

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#	97994/04
Rubrica	W Fls. 37

ATENDIMENTO À SEXTA SOLICITAÇÃO

**ESCLARECIMENTOS E SOLICITAÇÕES A CONTADORIA GERAL DO
ESTADO**

Referentes às Contas de Gestão de 2003

Resposta à 6ª solicitação

Solicitar ao Rioprevidência:

Disponibilizar os Demonstrativos Contábeis referidos no artigo 6º da Portaria MPAS nº 4.992, de 05 de fevereiro de 1999, a saber:

" Art. 6º As auditorias contábeis a que se refere o artigo anterior deverão estar disponíveis para conhecimento e acompanhamento por parte da Secretaria de Previdência Social, até o dia 31 de março do ano subsequente. (Acrescido pela PORTARIA MPAS Nº 7.796, DE 28 DE AGOSTO DE 2000 - DOU DE 29/08/2000)"

Resposta

O dispositivo acima foi revogado pela Portaria 3.385 de 14/09/2001 publicada no DOU em 17/09/2001.

Não obstante, a empresa BENDORAYTES, AIZENMAN & CIA - AUDITORES INDEPENDENTES está procedendo a auditoragem nas demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2003.

Segue anexa a Portaria 4.992/99 atualizada até março de 2004.

Edgard de Castro Filho
GCO/RIOPREVIDÊNCIA

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#	97994/04
Rubrica	W Fls. 38



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ICE-RJ	PROCLAMADO
#	97984/104
Rubrica	W Fls. 39

Portaria MPAS nº 4.992, de 05 de fevereiro de 1999
(Publicada no D.O.U. de 8.2.1999)

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e o art. 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998:

Considerando a necessidade de transparência, segurança, confiabilidade, solvência e liquidez dos regimes próprios de previdência social do servidor público;

Considerando as normas vigentes para o regime de previdência complementar, conforme dispõe a Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977;

Considerando o disposto na Lei nº 9.717/98, resolve:

Art. 1º A definição e aplicação dos parâmetros e diretrizes gerais previstos na Lei nº 9.717/98, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos, ocupantes de cargo efetivo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dos militares dos Estados e do Distrito Federal obedecerão as disposições desta Portaria.

Parágrafo único. Entende-se por regime próprio de previdência social o que assegura por lei, inclusive constituição estadual ou lei orgânica distrital ou municipal, a servidor público titular de cargo efetivo, pelo menos as aposentadorias e a pensão por morte previstas no art. 40 da Constituição Federal. (Acréscido pela Portaria nº 777, de 10.07.2002 - Publicada no D.O.U. de 11.07.2002)

Art. 2º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dos militares dos Estados e do Distrito Federal, incluídas suas autarquias e fundações, deverão ser organizados com base em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada exercício financeiro para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios, conforme disposto nos arts. 4º e 9º; (Alterado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

	I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço, bem como de auditoria, por entidades independentes legalmente habilitadas, conforme disposto no art. 4º desta Portaria, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

II - financiamento mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo e inativo, e dos pensionistas, para os seus respectivos regimes;

TCE-RJ	
PROCESSO Nº	
# 97994/04	
Rubrica	Fls. 40

III - as contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo e inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes;

IV - cobertura de um número mínimo de segurados, de modo que os regimes possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, conforme estabelecido no art. 9º desta Portaria;

V - cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, vedado o pagamento de benefícios mediante convênios, consórcios ou outra forma de associação entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios;

VI - pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos segurados nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

VII - registro contábil individualizado das contribuições do servidor e do militar ativos e dos entes estatais, conforme estabelecido no art. 12 desta Portaria;

VIII - identificação e consolidação em demonstrativo financeiro e orçamentário das receitas e despesas previdenciárias com pessoal ativo e inativo, civil e militar, e pensionistas, bem como o respectivo quantitativo; (Alterado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

<p>RELAÇÃO</p>	<p>VIII - identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo civil, militar e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos;</p>
-----------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

IX - sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo;

X - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de cálculo e percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança, de cargo em comissão ou do local de trabalho. (Acrescentado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no inciso III aos recursos vinculados ao fundo previsto no art. 17. (Acrescentado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

Art. 3º (Revogado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

TCE-RJ
PROCESSO Nº
97994/04
Rubrica W Fls. 41

	Art. 3º Fica vedada a constituição e manutenção de regime próprio de previdência social pelos Municípios que não tenham receita diretamente arrecadada ampliada superior à receita proveniente de transferências constitucionais da União. (Alterado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)
	Art. 3º No caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para organização e funcionamento do respectivo regime próprio de previdência social, constitui requisito adicional, além dos previstos no artigo anterior, ter receita diretamente arrecadada ampliada superior à proveniente de transferências constitucionais da União e dos Estados.

§ 1º (Revogado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

	§ 1º O disposto no caput não se aplica aos Municípios que constituíram regime próprio de previdência social até 27 de novembro de 1998. (Alterado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)
	Parágrafo único. Entende-se como receita diretamente arrecadada ampliada o total da receita corrente, deduzidos os valores correspondentes às transferências compulsórias por participações, constitucionais e legais, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na arrecadação de tributos de competência da União.

§ 2º (Revogado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

	§ 2º Entende-se como receita diretamente arrecadada ampliada o total da receita corrente, deduzidos os valores correspondentes às transferências compulsórias por participações constitucionais dos Municípios na arrecadação de tributos de competência da União. (Acrescentado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

§ 3º (Revogado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

	§ 3º Ao não cumprimento do disposto neste artigo aplicam-se os preceitos dos arts. 18 e 19. (Acrescentado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 4º Na avaliação atuarial inicial e reavaliações serão observadas as normas gerais previstas no Anexo I (Alterado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

	Art. 4º Na realização de avaliação atuarial inicial e na reavaliação atuarial em cada balanço por entidades independentes legalmente habilitadas, devem ser observadas as normas gerais de atuária e os parâmetros discriminados no Anexo I.
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Parágrafo único. (Revogado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

	Parágrafo único. Entende-se como entidade independente legalmente habilitada o profissional ou empresa de atuária que estejam regularmente inscritos no Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, nos termos do Decreto-lei nº 806, de 4 de setembro de 1969.
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

TCE-RJ
PROCESSO Nº
97994/04
Rubrica <i>W</i> Fls. 42

Art. 5º Para a organização do regime próprio de previdência social devem ser observadas as seguintes normas gerais de contabilidade: (Alterado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

Art. 5º Para a organização do regime próprio de previdência social devem ser observadas as seguintes normas gerais de contabilidade, aplicando-se, no que couber, o disposto na Portaria MPAS nº 4.858, de 26 de novembro de 1998, que dispõe sobre contabilidade de entidades fechadas de previdência privada.

I – a escrituração deverá incluir todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade do regime próprio de previdência social e modifiquem ou possam vir a modificar seu patrimônio;

II – (Revogado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

II - as receitas e as despesas operacionais, patrimoniais e administrativas serão escrituradas em regime de competência;

III – a escrituração deve obedecer às normas e princípios contábeis previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e alterações posteriores e ao disposto na Portaria nº 916, de 15 de julho de 2003; (Alterado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

III - a escrituração deve obedecer às normas e princípios contábeis previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e alterações posteriores;

IV – a escrituração será feita de forma autônoma em relação às contas do ente público;

V – o exercício contábil tem a duração de um ano civil;

VI – o ente estatal ou a unidade gestora do regime próprio de previdência social deve elaborar, com base em sua escrituração contábil e na forma fixada pelo Ministério da Previdência Social, demonstrações financeiras que expressem com clareza a situação do patrimônio do respectivo regime e as variações ocorridas no exercício, a saber:

- a) balanço orçamentário;
 - b) balanço financeiro;
 - c) balanço patrimonial; e
 - d) demonstração das variações patrimoniais;
- (Alterado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

TCE-RJ
PROCESSO Nº
97994/104
Rubrica W Fls. 43

	<p>VI- o ente estatal ou a unidade gestora do regime próprio de previdência social deve elaborar, com base em sua escrituração contábil e na forma fixada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, demonstrações financeiras que expressem com clareza a situação do patrimônio do respectivo regime e as variações ocorridas no exercício, a saber:</p> <p>a) balanço patrimonial;</p> <p>b) demonstração do resultado do exercício;</p> <p>c) demonstração financeira das origens das aplicações dos recursos;</p> <p>d) demonstração analítica dos investimentos;</p>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

VII - o ente estatal ou a unidade gestora do regime próprio de previdência social deve adotar registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de reavaliações dos investimentos e da evolução das reservas; (Alterado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

	<p>VII - para atender aos procedimentos contábeis normalmente adotados em auditoria, o ente estatal ou a unidade gestora do regime próprio de previdência social deverá adotar registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de reavaliações dos investimentos, da evolução das reservas e da demonstração do resultado do exercício;</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

VIII - as demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas e outros quadros demonstrativos necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos investimentos mantidos pelo regime próprio de previdência social; (Alterado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

	<p>VIII - as demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas e outros quadros demonstrativos necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício;</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

IX - os imóveis para uso ou renda devem ser reavaliados e depreciados na forma estabelecida no Anexo IV do Manual de Contabilidade Aplicado aos Regimes Próprios de Previdência Social, aprovado pela Portaria nº 916, de 15 de julho de 2003. (Alterado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

	<p>IX - os investimentos em imobilizações para uso ou renda devem ser corrigidos e depreciados pelos critérios adotados pelo Banco Central do Brasil.</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

§ 1º (Revogado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

	<p>§ 1º Deverá ser realizada auditoria contábil em cada balanço, por profissional ou entidade com inscrição regular no Conselho Regional de Contabilidade. (Alterado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Parágrafo único. Deverá ser realizada auditoria contábil em cada balanço, por entidades regularmente inscritas no Banco Central do Brasil, observadas as normas estabelecidas por esse banco.</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

TCE-RJ
PROCESSO Nº
97994/04
Rubrica
Fls. 44

§ 2º (Revogado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

	§ 2º Os Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes poderão realizar, a cada dois anos, auditoria contábil, nos termos do parágrafo anterior. (Acrescentado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 6º (Revogado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

	Art. 6º As auditorias contábeis a que se refere o artigo anterior deverão estar disponíveis para conhecimento e acompanhamento por parte da Secretaria de Previdência Social, até o dia 31 de março do ano subsequente. (Alterado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)
	Art. 6º As avaliações atuariais e auditorias contábeis a que se referem os arts. 4º e 5º desta Portaria deverão estar disponíveis para conhecimento e acompanhamento por parte do Ministério da Previdência e Assistência Social, até o dia 31 de março do ano subsequente.

Art. 7º Aplica-se ao regime próprio de previdência social o disposto nos incisos II, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 17 desta Portaria. (Alterado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

	Art. 7º Aplica-se ao regime próprio de previdência social que tenha reserva técnica o disposto nos incisos IV, V, VI, VII e VIII do art. 17 desta Portaria.
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 8º Fica vedada a utilização de recursos do regime próprio de previdência social para fins de assistência médica e financeira de qualquer espécie, nos termos do inciso III do art. 2º desta Portaria.

§ 1º Até 1º de julho de 1999, os regimes próprios de previdência social já existentes que tenham dentre as suas atribuições a prestação de serviços de assistência médica, em caso de não extinção destes serviços, deverão contabilizar as contribuições para previdência social e para assistência médica em separado, sendo vedada a transferência de recursos entre estas contas.

§ 2º Não se aplica o disposto no caput aos contratos de assistência financeira entre o regime próprio de previdência social e os segurados firmados até o dia 27 de novembro de 1998, sendo vedada sua renovação.

Art. 9º O regime próprio de previdência social encaminhará à Secretaria de Previdência Social a avaliação atuarial inicial em até trinta dias do seu encerramento e o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA, até 31 de julho de cada exercício. (Alterado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

	Art. 9º O regime próprio de previdência social encaminhará para supervisão da Secretaria de Previdência Social a avaliação atuarial e financeira e o demonstrativo da projeção atuarial, previstos na alínea "a" do inciso IV do § 2º do art. 4º e no inciso II do § 1º do art. 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no prazo de até trinta dias contados. (Alterado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

TCE-RJ

PROCESSO Nº

97994/04

Rubrica

W. Fls. 45

Art. 9º Para garantia do equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, o regime próprio de previdência social deve abranger um mínimo de mil segurados, considerados os servidores e militares ativos e inativos.

I - (Revogado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

I - do encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Poder Legislativo; e (Acrescentado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

II - (Revogado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

II - da publicação no órgão de imprensa oficial do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao último bimestre do exercício financeiro, mencionado nos arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, (Acrescentado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

§ 1º O servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, como empregado, estando excluído do regime a que se refere esta Portaria.

§ 2º O recolhimento das contribuições relativas ao servidor de que trata o parágrafo anterior para o RGPS deverá ser regularizado até a competência abril de 1999, nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e suas alterações subsequentes.

Art. 10. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social dos servidores públicos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime próprio de previdência social em cada ente estatal, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.

Parágrafo único. Entende-se como unidade gestora de regime próprio de previdência social, aquela com a finalidade de gerenciamento e operacionalização do respectivo regime.

Art. 11. Fica vedada a celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão de benefícios previdenciários entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios.

§ 1º Os convênios, consórcios ou outra forma de associação existentes antes da vigência da Lei nº 9.717/98 deverão garantir integralmente o pagamento dos benefícios já concedidos, bem como daqueles cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados até o dia 27 de novembro de 1998, sendo vedada a concessão de novos benefícios a partir desta data.

§ 2º O regime próprio de previdência social deve assumir integralmente os benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão tenham sido implementados a partir de 27 de novembro de 1998.

Art. 12. No registro individualizado das contribuições do servidor e do militar ativos de que trata o inciso VII do art. 2º desta Portaria, devem constar os seguintes dados:

I. nome;

II. matrícula;

TCE-RJ	PROCESSO Nº
# 97994/04	
Rubrica	Fls. 46

III. remuneração;

IV. valores mensais e acumulados da contribuição do servidor ou do militar;

V. valores mensais e acumulados da contribuição do respectivo ente estatal referente ao servidor ou ao militar.

§ 1º O segurado será cientificado das informações constantes de seu registro individualizado mediante extrato anual de prestação de contas.

§ 2º A contribuição do ente estatal deverá ser apropriada até o limite do dobro da contribuição do segurado, de forma individualizada por servidor ou militar ativo.

§ 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão implementar o disposto neste artigo até 31 de dezembro de 1999.

Art. 13. A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos regimes próprios de previdência social não poderá exceder, a qualquer título, o dobro da contribuição do servidor civil e do militar, ativo e inativo, e dos pensionistas.

§ 1º A despesa líquida com inativo e pensionista dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares de cada um dos entes estatais não poderá exceder a doze por cento da respectiva receita corrente líquida em cada exercício financeiro, observado o limite previsto no caput, sendo a receita corrente líquida calculada conforme a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995 e alterações subsequentes.

§ 2º Para fins de cálculo do disposto no caput e no § 1º deste artigo são computados os aportes de recursos realizados pelo ente estatal a que pertencem os segurados para o pagamento da despesa com inativo e pensionista, inclusive os aportes regulares ao fundo previdenciário, quando existente.

§ 3º As receitas provenientes do fundo previdenciário, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos de qualquer natureza e da aplicação dos recursos existentes na conta do fundo não serão computados como aporte do ente estatal nos termos do parágrafo anterior.

§ 4º É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento de despesas previdenciárias, sem a observância dos limites previstos neste artigo. *(Acréscido pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)*

Art. 14 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão à Secretaria de Previdência Social, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do ano civil, Demonstrativo das Receitas e Despesas do Regime Próprio desse período de acordo com o Anexo II. *(Alterado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)*

TCE-RJ

PROCESSO Nº

97994/04

Rubrica

Fls.

47

	Art. 14 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão à Secretaria de Previdência Social, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias desse período, informando, conforme Anexo II: (Alterado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)
	Art. 14 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão à Secretaria de Previdência Social, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias desse período e acumuladas do exercício em curso, informando, conforme Anexo II: (Alterado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)
	Art. 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão no respectivo órgão oficial de imprensa, até trinta dias após o encerramento de cada mês, demonstrativo da execução financeira e orçamentária mensal e acumulada do exercício em curso, informando, conforme Anexos II e III desta Portaria:

I - (Revogado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

I - o valor da contribuição dos entes estatais;

II - (Revogado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

II - o valor das contribuições dos servidores públicos e dos militares ativos;

III - (Revogado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

III - o valor das contribuições dos servidores públicos e dos militares inativos e dos pensionistas;

IV - (Revogado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

IV - o valor da despesa total com pessoal civil e militar: (Alterado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

IV - o valor da despesa total com pessoal ativo civil e militar;

V - (Revogado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

V - o valor da despesa com pessoal inativo civil e militar e com pensionistas;

VI - (Revogado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

VI - o valor da receita corrente líquida do ente estatal;

VII - (Revogado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

VII - os valores de quaisquer outros itens considerados para efeito do cálculo da despesa líquida de que trata § 1º do art. 13 desta Portaria;

VIII - (Revogado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

TCB-RJ	PROCESSO Nº
#	97994/04
Rubrica	W Fls. 48

Art. 2º VIII - o valor do saldo financeiro do regime próprio de previdência social. (Acréscitado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000);

§ 1º (Revogado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

Art. 3º § 1º O balanço anual com os pareceres de atuação e de auditoria contábil deverá ser publicado anualmente, na forma prevista no caput.

§ 2º (Revogado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

Art. 4º § 2º Ao Ministério da Previdência e Assistência Social, quando solicitado, deverá ser apresentado o demonstrativo a que se refere este artigo, para fins de acompanhamento da observância do disposto na Lei nº 9.717/98 e nesta Portaria.

§ 3º (Revogado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

Art. 5º § 3º O demonstrativo de execução financeira e orçamentária e o balanço anual serão divulgados mediante a afixação pela prefeitura na forma de costume, em lugar de fácil acesso ao público, quando inexistir órgão oficial de imprensa.

§ 4º As informações prestadas no demonstrativo de que trata este artigo deverão abranger todos os poderes do ente público. (Alterado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

Art. 6º § 4º Antes de proceder a quaisquer revisões, reajustes ou adequações de proventos e pensões que impliquem aumento de despesas, os entes estatais deverão regularizar a situação sempre que o demonstrativo de que trata este artigo, no que se refere à despesa acumulada até o bimestre, indicar o descumprimento dos limites fixados nesta Portaria. (Alterado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

Art. 7º § 4º O disposto neste artigo aplica-se a partir da competência janeiro de 1999.

§ 5º O ente público encaminhará à Secretaria de Previdência Social, na mesma periodicidade das informações prestadas pelo Anexo II, comprovação mensal do repasse ao regime próprio das contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados, correspondentes às alíquotas fixadas em lei, devidamente confirmado pelo dirigente da unidade gestora do respectivo regime, na forma do Anexo IV. (Alterado pela Portaria nº 236, de 10.03. 2004 - Publicada no D.O.U. de 11.03.2004)

Art. 8º § 5º O ente público encaminhará à Secretaria de Previdência Social, na mesma periodicidade das informações prestadas pelo Anexo II, comprovação mensal do repasse ao regime próprio das contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados, correspondentes às alíquotas fixadas em lei, devidamente confirmado pelo dirigente da unidade gestora do respectivo regime. (Alterado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

Art. 9º § 5º Os Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes podem optar por encaminhar, em até trinta dias após o encerramento de cada semestre, do demonstrativo mencionado neste artigo. (Acréscitado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000).

§ 6º A comprovação do repasse de que trata o parágrafo anterior será enviada via postal ou por meio eletrônico, produzindo efeito a partir do primeiro bimestre de 2004.

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#	97994/04
Rubrica	Fls. 49

	§ 6º A comprovação do repasse de que trata o parágrafo anterior será enviada via postal ou por meio eletrônico. (Alterado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)
	§ 6º As informações previstas nos incisos IV e VI serão prestadas na forma da Lei Complementar nº 101, de 2000. (Acrescentado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

§ 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios informarão o quantitativo de servidores e militares, ativos e inativos, e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social no demonstrativo referente ao último bimestre do exercício. (Acrescentado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

Art. 15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão ajustar os seus planos de benefícios e custeio sempre que excederem, no exercício, os limites previstos no art. 13 desta Portaria, para retornar a esses limites no exercício financeiro subsequente.

Art. 16. Salvo disposição em contrário da Constituição Federal, o regime próprio de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que compreende exclusivamente as seguintes prestações:

I - quanto ao servidor:

- a. aposentadoria por invalidez;
- b. aposentadoria por idade;
- c. aposentadoria por tempo de contribuição;
- d. auxílio-doença;
- e. salário-família;
- f. salário-maternidade;

II - quanto ao dependente:

- a. pensão por morte;
- b. auxílio-reclusão.

§ 1º Fica vedada a instituição de regime próprio de previdência social com atribuições de prestação de serviços de assistência médica e financeira.

§ 2º Fica vedada a concessão de aposentadoria especial, nos termos do § 4º do art. 40 da Constituição Federal, até que lei complementar federal disponha sobre a matéria. (Alterado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

TCE-RJ
PROCESSO Nº
97994/104
Rubrica
W 50

Art. 16	§ 2º Fica vedada a concessão de aposentadoria especial até que lei complementar federal disponha sobre o tema, com exceção da aposentadoria especial prevista na Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, recepcionada pela Emenda Constitucional nº 20, de 16 de dezembro de 1998.
---------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

§ 3º Até que lei discipline o acesso ao salário-família e auxílio-reclusão, estes benefícios não serão devidos ao servidor ou dependente de regime próprio de previdência social, com remuneração, subsídio, provento ou pensão brutos superiores a R\$ 429,00, que será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios em manutenção do RGPS. (Alterado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

Art. 17	§ 3º O salário-família e o auxílio-reclusão não serão devidos ao servidor ou dependente de regime próprio de previdência social, com remuneração ou pensão bruta superior a R\$ 360,00.
---------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

§ 4º Ao auxílio-reclusão com data de início anterior a 16 de dezembro de 1998, aplicar-se-á a legislação vigente àquela época, independentemente da remuneração mensal referida no parágrafo anterior.

Art. 17. Fica facultada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, desde que observados os critérios de que trata o artigo 2º desta Portaria e, adicionalmente, os seguintes preceitos:

I - (Revogado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

Art. 18	I - estabelecimento de estrutura técnico-administrativa, com conselhos de administração e fiscal e autonomia financeira;
---------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

II - existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro da unidade federativa;

III - (Revogado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

Art. 19	III - aporte de capital inicial em valor definido conforme disposto no § 2º deste artigo;
---------	-------------------------------------------------------------------------------------------

IV - aplicação de recursos, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;

V - vedação da utilização de recursos do fundo para empréstimos de qualquer natureza, inclusive à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a entidades da administração indireta e aos respectivos segurados e beneficiários;

VI - vedação à aplicação de recursos em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal;

VII - avaliação de bens, direitos e ativos de qualquer natureza integrados ao fundo, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, e alterações subsequentes;

VIII - estabelecimento de limites para a taxa de administração, conforme estabelecido no § 3º deste artigo;

IX - constituição e extinção do fundo mediante lei.

§ 1º (Revogado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

ICE-RJ
PROFESSOR Nº
97994/04
Rubrica W Fls. 5L

§ 1º Na composição dos conselhos de administração e fiscal do fundo a que se refere o inciso I deste artigo, deverá estar prevista a representação dos segurados;

§ 2º (Revogado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

§ 2º Para instituição do fundo previsto neste artigo é necessário um aporte de capital inicial no valor mínimo correspondente a 7% (sete por cento) do valor total da despesa com pessoal civil e militar, ativo e inativo, e os pensionistas no ano imediatamente anterior.

§ 3º A taxa de administração prevista no inciso VIII deste artigo não poderá exceder a dois pontos percentuais do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativamente ao exercício financeiro anterior. (Alterado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

§ 3º A taxa de administração prevista no inciso VIII deste artigo não poderá exceder a dois pontos percentuais do valor total da remuneração dos servidores e dos militares.

§ 4º Na verificação do atendimento do limite definido no parágrafo anterior, não serão computadas as despesas decorrentes exclusivamente do resultado das aplicações de recursos em ativos financeiros de que trata o inciso IV deste artigo. (Acrescentado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

§ 5º O ente estatal encaminhará à Secretaria de Previdência Social, por meio eletrônico, no mesmo prazo estabelecido no caput do artigo 14 desta Portaria, informações quanto ao disposto no inciso IV deste artigo por intermédio do Demonstrativo Financeiro do Regime Próprio previsto no Anexo III. (Acrescentado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

Art. 18. O descumprimento do disposto na Lei nº 9.717/98 pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e pelos respectivos fundos, implicará, a partir de 1º de julho de 1999:

I - suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União;

II - impedimento para celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União;

III - suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.

IV - suspensão do pagamento dos valores devidos pelo RGPS em razão da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, e de seus regulamentos. (Acrescentado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

§ 1º À Secretaria de Previdência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social cabe avaliar e emitir parecer técnico sobre a implementação do disposto na Lei nº 9.717/98 e nesta Portaria.

§ 2º (Revogado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

TCE-RJ
PROCESSO Nº
97994/04
Rubrica <i>W</i> Fls. 52

Art. 18.º	§ 2º A Secretaria de Previdência Social encaminhará o parecer técnico referido no parágrafo anterior à Secretaria do Tesouro Nacional para fins de aplicação do disposto no art. 7º da Lei nº 9.717/98.
-----------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

§ 3º O descumprimento do disposto no art. 13 implicará, a partir de 1º de janeiro de 2004, a aplicação das restrições previstas neste artigo, observado o disposto no art. 15. (Alterado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

Art. 18.º	§ 3º O descumprimento do disposto no art. 13 implicará, a partir de 1º de janeiro de 2002, a aplicação das restrições previstas neste artigo, observado o disposto no art. 15. (Alterado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)
-----------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 18.º	§ 3º O descumprimento do disposto no art. 13 desta Portaria por dois anos consecutivos, a partir de 1º de janeiro de 1999, implicará a aplicação automática das restrições previstas neste artigo.
-----------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 19. Os dirigentes do órgão ou da unidade gestora do regime próprio de previdência social dos entes estatais, bem como os membros dos conselhos administrativo e fiscal dos fundos de que trata o art. 17 desta Portaria, respondem diretamente por infração ao disposto na Lei nº 9.717/98, sujeitando-se, às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa pecuniária;

III – inabilitação temporária para o exercício do cargo de direção ou de membro dos conselhos administrativo e fiscal.

§ 1º A responsabilidade pela infração é imputável a quem lhe der causa ou para ela concorrer.

§ 2º Responde solidariamente com o infrator todo aquele que, de qualquer modo, concorrer para a prática da infração.

§ 3º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pela Secretaria de Previdência Social, com base na legislação vigente, na forma estabelecida em portaria.

§ 4º As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, em que se assegure ao acusado o contraditório e a ampla defesa, na forma estabelecida em portaria.

Art. 20. Ao Ministério da Previdência e Assistência Social deverá ser dado livre acesso às unidades gestoras do regime próprio de previdência social ou dos fundos previdenciários previstos no art. 17 desta Portaria, podendo inspecionar livros, notas técnicas e documentos, estando sujeito o infrator às penas previstas na Lei 6.435, de 15 de julho de 1977 e alterações posteriores, por qualquer dificuldade oposta à consecução desse objetivo.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão à Secretaria de Previdência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, quando solicitados, informações sobre o regime próprio de previdência social e o fundo previsto no art. 17. (Acréscitado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

TCE-RJ
PROCESSO Nº
97994/04
Rubrica
W. Fis. 53

Art. 21. No caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.

Parágrafo único. A vinculação dos servidores ao RGPS é obrigatória para o ente estatal que extinguir seu regime próprio de previdência social. (Alterado pela Portaria nº 7.796, de 28.08.2000 - Publicada no D.O.U. de 29.8.2000)

Parágrafo único. A vinculação ao RGPS é obrigatória para o ente estatal que extinguir seu regime próprio de previdência social ou que não se enquadrar nos critérios previstos nos arts. 3º e 9º desta Portaria.

Art. 22. O Instituto Nacional do Seguro Social, por intermédio de suas regionais, disponibilizará os dados do Sistema de Óbitos - SISOB para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que mantenham regime próprio de previdência social, para fins de controle de fraudes dos respectivos sistemas de benefícios.

Art. 23. Compete à Secretaria de Previdência Social a implementação de um sistema de informações para a consolidação dos dados de que trata o art. 14 desta Portaria.

Art. 24. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

WALDECK ORNÉLAS

TCE-RJ
PROCESSO Nº
97994/04
Rubrica
Fls. 54

ANEXO I

DAS NORMAS GERAIS DE ATUÁRIA

(Alterado pela Portaria nº 3.385, de 14.09.2001 - Publicada no D.O.U. de 17.09.2001)

I - Os regimes próprios de previdência social deverão ter seus planos de benefícios avaliados atuarialmente em seu início e reavaliados, anualmente.

II - Os regimes próprios de previdência social poderão adotar os seguintes regimes de financiamento:

1. Regime Financeiro de Capitalização;
2. Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura; e
3. Regime Financeiro de Repartição Simples.

III - Entende-se por regime financeiro de capitalização aquele que possui uma estrutura técnica de forma que as contribuições pagas por todos os servidores e pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, incorporando-se às reservas matemáticas, que são suficientes para manter o compromisso total do regime próprio de previdência social para com os participantes, sem que seja necessário a utilização de outros recursos, caso as premissas estabelecidas para o plano previdenciário se verifiquem.

1. O cálculo dessas reservas técnicas obedecerá ao critério escolhido pelo atuário, observado o disposto nesta Portaria.

2. O total assim calculado será decomposto na reserva matemática de benefícios concedidos e reserva matemática de benefícios a conceder, observado o plano de contas dos regimes próprios de previdência social.

IV - Entende-se por regime financeiro de repartição de capitais de cobertura aquele que possui uma estrutura técnica de forma que as contribuições pagas por todos os servidores e pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, em um determinado período, deverão ser suficientes para constituir integralmente as reservas matemáticas de benefícios concedidos, decorrentes dos eventos ocorridos nesse período.

1. Dadas as características deste regime, o atuário fará constar na nota técnica referência expressa às perspectivas de elevação gradual das taxas correspondentes ao custeio desses benefícios, ao valor máximo previsível e às razões que levaram à escolha desse regime.

2. As reservas técnicas correspondentes integrarão a reserva de benefícios concedidos, observado o plano de contas dos regimes próprios de previdência social.

V - Entende-se por regime financeiro de repartição simples aquele em que as contribuições pagas por todos os servidores e pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, em um determinado período, deverão ser suficientes para pagar os benefícios decorrentes dos eventos ocorridos nesse período.

1. Dadas as características deste regime, o atuário fará constar na nota técnica referência expressa às perspectivas de elevação gradual das taxas correspondentes ao custeio desses benefícios, ao valor máximo previsível, e às razões que levaram à escolha desse regime.

TCE-RJ	
PROCESSO Nº	
#	97994/04
Rubrica	W Fls. 55

2. Este regime deverá ser aplicado para sistemas previdenciários em que a massa de participantes tenha alcançado um estado estacionário, onde as despesas previstas apresentem estabilidade, devidamente demonstrada nas avaliações atuariais anuais.

3. A parte das contribuições relativas a esses benefícios corresponderá às despesas previstas em estabilização.

VI - Na situação prevista no item anterior serão constituídas, no mínimo, as reservas habitualmente consideradas, por analogia, aos seguros privados estruturados no regime de repartição simples, a saber:

1. Reserva de riscos não expirados: será calculada com base nos compromissos do regime previdenciário para com os servidores segurados por este, estabelecidos no respectivo plano;

2. Reserva de oscilação de riscos: será calculada de acordo com critério estabelecido na avaliação atuarial, sendo constituída para cobrir eventuais desvios nos compromissos esperados ou pela adoção de bases técnicas que não se adaptam ao plano; e

3. Reserva de benefícios a regularizar: corresponde ao valor total das rendas vencidas e não pagas em decorrência de eventos ocorridos, inclusive a atualização de valor cabível.

VII - O superávit técnico do plano, satisfeitas todas as exigências legais e regulamentares no que se refere aos benefícios, será destinado à constituição de reserva de contingência de benefícios, que será limitada a vinte e cinco por cento das reservas matemáticas. A diferença entre o superávit alcançado no regime próprio de previdência social e a reserva de contingência será alocada na reserva para ajustes do plano.

VIII - Os benefícios do tipo auxílio-doença de duração superior a dois anos serão enquadrados, no exercício seguinte, como aposentadorias por invalidez.

IX - As avaliações atuariais deverão observar, pelo menos, as seguintes hipóteses:

1. Taxa real de juros máxima de 6% ao ano;

2. Taxa real de crescimento da remuneração ao longo da carreira: mínima de 1% ao ano;

3. Rotatividade máxima de 1% ao ano. Poderá ser estabelecida outra taxa de rotatividade, desde que devidamente justificada e baseada nas características da massa de servidores pertencentes ao regime previdenciário avaliado;

4. As Tábuas Biométricas Referenciais em função do evento gerador são as seguintes:

- (i) Sobrevida - AT-49 (MALE), como limite máximo de taxa de mortalidade;
- (ii) Mortalidade - AT-49 (MALE), como limite mínimo de taxa de mortalidade;
- (iii) Entrada em Invalidez - Álvaro Vindas, como limite mínimo de taxa de entrada em invalidez; e
- (iv) Mortalidade de Inválidos - experiência LAPC, como limite máximo de taxa de mortalidade.

5. Tempo de contribuição para a aposentadoria será o tempo efetivamente levantado por pesquisa cadastral ou, na falta desta, a diferença apurada entre a idade atual do segurado e a idade de no máximo dezoito anos; e

6. Para o cálculo do compromisso gerado pela morte do servidor ativo ou aposentado deverão ser utilizados os dados cadastrais da massa de servidores públicos pertencentes ao quadro funcional do respectivo ente. No caso em que a base cadastral do ente público patrocinador do regime próprio de previdência social estiver inconsistente ou incompleta, o atuário responsável poderá estimar a

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#	97994/104
Rubrica	W. 56

composição do grupo familiar. Após o prazo máximo de um ano, a base cadastral dos servidores deverá estar devidamente validada.

X - No cálculo das reservas serão separadas, se necessário, as parcelas correspondentes a compromissos especiais com gerações de participantes, existentes na data de início do regime próprio de previdência social, sem que tenha havido a arrecadação correspondente de contribuições. Neste caso, poderá ser estabelecida uma separação entre o compromisso normal e esse compromisso especial e previsto um prazo, não superior a trinta e cinco anos, para a integralização das reservas correspondentes.

XI - Deverão ser enviados para a Secretaria de Previdência Social os seguintes documentos:

1. Relatório Final da avaliação e Nota Técnica Atuarial em se tratando de avaliação inicial, contendo as seguintes informações:

- a) Análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais anuais e da avaliação corrente, exceto quando tratar-se de avaliação atuarial inicial, indicando a margem de erro das suposições formuladas em relação ao observado;
- b) Descrição das coberturas existentes e das condições gerais de concessão dos benefícios do plano previdenciário avaliado;
- c) Estatísticas por sexo, idade, tempo de serviço e contribuição, remuneração de atividade e proventos de inatividade, da massa de servidores ativos e inativos e, se disponível, estatísticas por sexo e idade dos dependentes beneficiários com direito à pensão por morte vitalícia e temporária;
- d) Regime de financiamento dos diversos benefícios oferecidos;
- e) Hipóteses atuariais e formulações básicas utilizadas segregadas por tipo de benefício;
- f) Descrição e valor das reservas matemáticas suficientes para garantir o pagamento dos benefícios estipulados no plano previdenciário, bem como da reserva de contingência e reserva para ajustes no plano, quando houver;
- g) Fluxo anual projetado de receitas e despesas do fundo para um período de setenta e cinco anos ou até a sua extinção;
- h) As causas do superávit/déficit técnico atuarial. Em se tratando de déficit técnico, indicar possíveis soluções para o equacionamento, e de superávit, explicitar sua destinação, quando utilizado;
- i) Qualidade do cadastro fornecido pela entidade, que serviu de base para a realização da avaliação atuarial;
- j) Ocasionalmente mudanças de hipóteses e/ou métodos atuariais, justificando tal procedimento;
- k) Parecer do atuário responsável pela avaliação contendo um comparativo dos últimos três anos entre a taxa de juros atuarial, definida conforme item X, e a rentabilidade efetiva dos fundos, explicitando eventual déficit e a estratégia que será utilizada para equacioná-lo; e
- l) Parecer conclusivo do atuário responsável pela avaliação sobre a situação atuarial do ente previdenciário.

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#	97994/04
Rubrica	W. 57

2. Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA, a ser enviado anualmente pelo ente público, conforme modelo eletrônico disponível no site do Ministério da Previdência e Assistência Social.

XII - Aplica-se, sempre que couber, a legislação existente para as Entidades Fechadas de Previdência Privada.

XIII - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Previdência Social.

TCE-RJ
PROCESSO Nº
97994/04
Rubrica <u>W</u> Fls. 58

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

(Alterado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

1. Ente da Federação	2.UF
3. CNPJ	

4. Dados do Órgão ou Entidade Gestora do Regime Próprio			
Nome			
CNPJ			
Endereço	E-mail		
CEP	Cidade/UF	Telefone:	Fax

5. Dados do dirigente do Órgão ou Entidade Gestora do Regime Próprio			
Nome			
CPF			
E-mail			
Início gestão	Telefone	Fax	

6. Discriminação	Valores em R\$ 1,00	
	Mês 1	Mês 2
I. Receita		
Contribuição do ente relativa à remuneração dos servidores civis		
Contribuição do ente relativa à remuneração dos militares		
Contribuição dos servidores civis ativos		
Contribuição dos servidores inativos e pensionistas civis		
Contribuição dos militares ativos		
Contribuição dos militares da reserva, reformados e seus pensionistas		
Receitas de aplicações de recursos		
Recebimentos oriundos da compensação financeira		
Outras		
II. Despesa		
Despesa com inativos e pensionistas civis		
Despesa com inativos e pensionistas militares		
Despesas administrativas		
Despesas com aplicações de recursos		
Pagamentos decorrentes da compensação financeira		
Outras		
III. Resultado Previdenciário (I - II)		
IV. Saldo financeiro do Regime Próprio de Previdência Social		
V. Remuneração dos Servidores Ativos		
VI. Remuneração dos Militares Ativos		
VII. Base de cálculo da contribuição dos servidores ativos		
VIII. Base de cálculo da contribuição dos militares ativos		
IX. Base de cálculo da contribuição dos inativos civis		
X. Base de cálculo da contribuição dos inativos militares		
XI. Base de cálculo da contribuição dos pensionistas civis		
XII. Base de cálculo da contribuição dos pensionistas militares		

TCE-RJ
PROCESSO Nº
97984/04
Rubrica W Fls. 59

7. Quantitativo			
	Ativos	Inativos	Pensionistas
Civis			
Militares			

8. Alíquotas				
	Ativos	Inativos	Pensionistas	Ente público
Civis				
Militares				

9. Responsável pelas Informações	
Nome	
CPF	
Telefone	
Fax	
E-mail	
Observações	

10. Declaração	Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas neste demonstrativo representam dados reais do regime próprio de previdência do ente identificado nos itens 1 a 3.
----------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

TOE-RJ	PROCESSO Nº
#	97994/04
Rubrica	W Fls. 60

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

1. Ente da Federação : nome do ente federativo.
2. UF: sigla identificadora da Unidade da Federação, composta por duas letras.
3. CNPJ : número composto por 14 dígitos.
4. Dados do Órgão ou Entidade Gestora da Previdência - Nome, CNPJ, endereço e telefone do órgão ou entidade gestora do regime próprio como fundos, institutos ou caixas de previdência.
5. Dados do dirigente do Órgão ou Entidade Gestora da Previdência - Nome, CPF, telefone, e-mail e data de início da gestão do dirigente do órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência.
6. Discriminação :

I. Receita

Contribuição do ente relativa à remuneração dos servidores civis: somatório dos valores da contribuição previdenciária do ente da federação devida mensalmente ao regime próprio de previdência social relativa aos servidores civis correspondentes às alíquotas fixadas em lei;

Contribuição do ente relativa à remuneração dos militares: somatório dos valores da contribuição previdenciária do ente da federação devidos mensalmente ao regime próprio de previdência social relativa aos militares civis correspondentes às alíquotas fixadas em lei;

Contribuição dos servidores civis ativos: somatório das contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência social retidas mensalmente dos servidores ativos;

Contribuição dos servidores inativos e pensionistas civis: somatório das contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência social retidas mensalmente dos servidores inativos e pensionistas civis;

Contribuição dos militares ativos: somatório das contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência social retidas mensalmente dos militares em atividade;

Contribuição dos militares da reserva, reformados e seus pensionistas: somatório das contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência social retidas mensalmente dos militares reformados, da reserva e dos pensionistas de militares;

Receitas de aplicações de recursos: somatório das receitas brutas decorrentes das aplicações dos recursos disponíveis do regime próprio.

Recebimentos oriundos da compensação financeira: valores percebidos em razão da compensação previdenciária entre regimes de previdência.

Outras: demais fontes de recursos.

II. Despesa

Despesa com inativos e pensionista civis: somatório das despesas totais mensais com pagamento de benefícios aos servidores civis inativos e aos pensionistas custeadas pelo regime próprio de previdência social;

Despesa com inativos e pensionistas militares: somatório das despesas totais mensais com pagamento de benefícios aos militares reformados e da reserva e aos pensionistas dos militares custeadas pelo regime próprio de previdência social;

Despesas administrativas: somatório das despesas realizadas pelo regime próprio de previdência social com suas atividades administrativas, exceto as decorrentes exclusivamente das aplicações financeiras;

Despesas com aplicações de recursos: somatório das despesas decorrentes exclusivamente das aplicações dos recursos disponíveis do regime próprio.

Pagamentos decorrentes da compensação financeira: valores pagos a outro regime de previdência em razão da compensação previdenciária.

Outras: demais despesas previdenciárias, tais como os valores despendidos no pagamento dos demais benefícios previdenciários como auxílio-doença, salário maternidade, auxílio reclusão e salário-família.

TCE-RJ	PROCESSO Nº
# 97994/04	
Rubrica	Fls. 61

III. Resultado Previdenciário (I - II): diferença entre o item I e o II. Sendo o item II maior que o I, o resultado deverá ser expresso entre parênteses.

IV. Saldo financeiro do Regime Próprio de Previdência Social: valor total dos recursos em contas correntes e investimentos existentes em instituições financeiras e em fundos de investimentos financeiros no último dia útil do mês informado no demonstrativo.

V. Remuneração de Servidores Ativos: somatório das despesas do ente da Federação com servidores ativos vinculados ao regime próprio de previdência social com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza.

VI. Remuneração dos Militares Ativos: somatório das despesas do ente da Federação com militares ativos vinculados ao regime próprio de previdência social com quaisquer espécies remuneratórias, tais como soldo e vantagens, fixas e variáveis, adicionais, gratificações e vantagens pessoais de qualquer natureza.

VII. Base de cálculo da contribuição dos servidores ativos: somatório das parcelas da remuneração utilizadas para o cálculo da contribuição dos servidores ativos e do ente público ao regime próprio de previdência.

VIII. Base de cálculo da contribuição dos militares ativos: somatório das parcelas da remuneração utilizadas para o cálculo da contribuição dos militares ativos e do ente público ao regime próprio de previdência.

IX. Base de cálculo da contribuição dos inativos civis: somatório do valor dos proventos utilizado para o cálculo da contribuição do ente público e dos inativos civis ao regime próprio de previdência.

X. Base de cálculo da contribuição dos inativos militares: somatório do valor dos proventos utilizado para o cálculo da contribuição do ente público e dos inativos militares ao regime próprio de previdência.

XI. Base de cálculo da contribuição dos pensionistas civis: somatório do valor das pensões utilizado para o cálculo da contribuição do ente público e dos pensionistas civis ao regime próprio de previdência.

XII. Base de cálculo da contribuição dos pensionistas militares: somatório do valor das pensões utilizado para o cálculo da contribuição do ente público e dos pensionistas militares ao regime próprio de previdência.

7. Quantitativo: número de servidores públicos civis e militares ativos e inativos e pensionistas vinculados a regime próprio de previdência social.

8. Alíquotas: índices aplicados sobre as bases de cálculo para as contribuições a cargo dos servidores e militares ativos e inativos, respectivos pensionistas e do ente público."

9. Responsável pelas informações: dados do servidor - legal ou estatutário - responsável pela autenticidade das informações prestadas.

10. Declaração: declaração do responsável legal pelas informações.

TCE-RJ	PROCESSO Nº
# 97994/04	
Rubrica	Fls. 62

ANEXO III

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
(Acréscitado pela Portaria nº 1.317, de 17.09.2003 - Publicada no D.O.U. de 19.09.2003)

Ente da Federação	UF
CNPJ	

Data	
Gestor	
Segmento	
Tipo de Ativos	

Preço unitário	
Quantidade	
Valor	
Ativo/Operação	
Emissor	
Data de emissão	
Valor do resgate	
Data do resgate	
Indexador	
Taxa de juros	
Instituição custodiante	
Contraparte	
Observações	

Representante do RPPS	
CPF	
Rua	
Complemento	
Bairro	
CEP	
Telefone	
FAX	
E-Mail	

Declaração	Declaro, sob as penas da lei, que o regime próprio de previdência não possui recursos aplicados neste bimestre.
------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------

TCE-RJ
PROCESSO Nº
97804/04
Rubrica W Fls. 63

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

NOVA POSIÇÃO: Para preenchimento com informações relativas ao estoque de ativos financeiros possuídos pelo regime próprio de previdência no último dia do mês de referência.

DATA: Deve ser preenchido com a data de referência da posição da carteira de ativos do regime próprio de previdência.

GESTOR: Deve ser preenchido com: o nome da instituição gestora da posição de ativos do regime próprio de previdência, banco, corretora, consultoria ou gestor pessoa física credenciados.

SEGMENTO: Selecionar o segmento de aplicação específica. Ex: deve-se selecionar o segmento "Renda Fixa" se a aplicação é realizada em fundos de renda fixa.

TIPO DE ATIVO: Selecionar o tipo de ativo adequado. Ex: Títulos de emissão do tesouro nacional, de fundos, etc.

PREÇO UNITÁRIO: Informar o preço de negociação de cada unidade do ativo em questão. Ex: em se tratando de quotas de fundos de investimento, este campo deve ser preenchido com o valor da quota no dia informado no campo "Data".

QUANTIDADE: Informar a quantidade de unidades negociadas do ativo em questão. Esta informação normalmente consta na nota de negociação fornecida pela instituição financeira responsável pela negociação do ativo. Em se tratando de fundos de investimento este campo deve ser preenchido com a quantidade de quotas negociadas.

VALOR ATIVO/OPERAÇÃO: Informar o resultado da multiplicação dos campos PREÇO UNITÁRIO e QUANTIDADE acima. Esta informação normalmente consta na nota de negociação fornecida pela instituição financeira responsável pela negociação do ativo.

EMISSION: Preencher, em caso de negociação com títulos, com o nome da instituição ou companhia emissora do título em questão. Ex: em se tratando de títulos públicos o emissor deverá ser o Tesouro Nacional ou Banco Central do Brasil.

DATA DA EMISSÃO: Preencher, em caso de negociação com títulos, com a data em que o título em questão foi emitido. Observe que esta data pode ser diferente da data de negociação do título. Esta informação normalmente consta na nota de negociação fornecida pela instituição financeira responsável pela negociação do ativo.

VALOR DE RESGATE: Preencher, em caso de negociação com títulos, com o valor pelo qual o título em questão será resgatado. Observe que este valor pode ser diferente do valor de negociação do título. Esta informação normalmente consta na nota de negociação fornecida pela instituição financeira responsável pela negociação do ativo.

DATA DE RESGATE: Preencher, em caso de negociação com títulos, com a data em que o título em questão será resgatado. Observe que esta data pode ser diferente da data de negociação do título. Esta informação normalmente consta na nota de negociação fornecida pela instituição financeira responsável pela negociação do ativo.

INDEXADOR: Selecionar, apenas em caso de títulos pós-fixados, o indexador constante na nota de negociação do título.

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#	97994/04
Rubrica	W Fls. 64

TAXA DE JUROS: Preencher, somente em caso de títulos pós-fixados, a taxa de juros constante na nota de negociação do título.

INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE: Preencher, em caso de negociação com títulos, com o nome da instituição responsável pela custódia do título. Esta informação normalmente consta na nota de negociação fornecida pela instituição financeira responsável pela negociação do ativo.

CONTRAPARTE: Preencher, em caso de negociação com títulos, com o nome da instituição vendedora ou compradora (contraparte) do título em questão. Esta informação normalmente consta na nota de negociação fornecida pela instituição financeira responsável pela negociação do ativo.

OBSERVAÇÕES: Espaço destinado ao fornecimento de informações adicionais, caso necessárias.

DECLARAÇÃO: declaração do representante legal/estatutário quanto à inexistência de recursos aplicados no bimestre pelo regime próprio.

TCE-RJ
PROCESSO Nº
97994/104
Rubrica W Fls. 65

ANEXO IV

(Acréscitado pela Portaria nº 236, de 10.03.2004 - Publicada no D.O.U. de 11.03.2004)

**COMPROVAÇÃO DOS REPASSES DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
DEVIDAS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E DOS PAGAMENTOS
DIRETOS.**

1. Ente da Federação/UF			
2. Unidade Gestora			
3. Certificado do Ente			
Certifico, para os devidos fins que este ente federativo repassou à unidade Gestora acima, os valores relativos às contribuições previdenciárias e que efetuou o pagamento dos benefícios de sua responsabilidade, em conformidade com o demonstrativo abaixo, cujos documentos probantes encontram-se arquivados neste.			
4. Identificação do representante legal			
Nome			
Cargo			
CPF		Assinatura	
5. Contribuições Repassadas			6. Pagamentos diretos
Rubricas de Contribuições	Competência 1 ()	Competência 2 ()	benefícios mantidos pelo Ente
Do ente relativa à remuneração dos servidores civis			
Do ente relativa à remuneração dos militares			
Dos servidores civis ativos			
Dos servidores inativos e pensionistas civis			
Dos militares ativos			
Dos militares da reserva, reformados e seus pensionistas			
7. Certificando da Unidade Gestora			
Certifico, para os devidos fins que esta Unidade Gestora recebeu os repasses referentes às contribuições previdenciárias, informados acima pelo ente federativo, cujos documentos probantes encontram-se arquivados nesta.			
8. Identificação do representante legal			
Nome			
Cargo			
CPF		Assinatura	

TCE-RJ
PROCESSO Nº
97994/04
Rubrica W Fls. 66

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

1. Ente da Federação/UF : nome do ente federativo e sigla identificadora da Unidade da Federação, composta por duas letras
2. Unidade Gestora: nome da Unidade Gestora.
3. Certificado do ente: declaração expressa nos termos fixados.
4. Identificação do representante legal do Órgão - Nome, Cargo, CPF e Assinatura do representante legal.
5. Contribuições Repassadas:

Contribuição do ente relativa à remuneração dos servidores civis: somatório dos valores da contribuição previdenciária repassadas pelo ente da federação ao regime próprio de previdência social relativa aos servidores civis correspondentes às alíquotas fixadas em lei, apurados por regime de competência;

Contribuição do ente relativa à remuneração dos militares: somatório dos valores da contribuição previdenciária repassadas pelo ente da federação ao regime próprio de previdência social relativa aos militares civis correspondentes às alíquotas fixadas em lei, apurados por regime de competência;

Contribuição dos servidores civis ativos: somatório dos valores das contribuições previdenciárias retidas dos servidores ativos e repassadas ao regime próprio de previdência social, apurados por regime de competência;

Contribuição dos servidores inativos e pensionistas civis: somatório dos valores das contribuições previdenciárias retidas dos servidores inativos e pensionistas civis repassadas ao regime próprio de previdência social, apurados por regime de competência;

Contribuição dos militares ativos: somatório dos valores das contribuições previdenciárias retidas dos militares em atividade repassadas ao regime próprio de previdência social, apurados por regime de competência;

Contribuição dos militares da reserva, reformados e seus pensionistas: somatório dos valores das contribuições previdenciárias retidas dos militares reformados, da reserva e dos pensionistas de militares repassadas ao regime próprio de previdência, apurados por regime de competência;
6. Pagamentos diretos - somatório dos valores das contribuições previdenciárias não repassadas à Unidade Gestora, em decorrência de benefícios pagos diretamente pelo ente federativo.
7. Certificado da Unidade Gestora: declaração expressa nos termos fixados.
8. Identificação do representante legal da Unidade Gestora - Nome, Cargo, CPF e Assinatura do representante legal.

TCE-RJ
PROCESSO 9.799-4104
RUBRICA W FLS. 67

À CAD

O presente processo esta em condições de prosseguimento.

CPG, em 14.04.2004

Murilo P. dos Reis Leal
Coordenador da Coordenação Setorial de Protocolo-Geral
da CGM da SGA - TCE/RJ
Matr. 02/3248